

SÃO JOSÉ DO SABUGI - PB
2024



EDUCAÇÃO INFANTIL

PROPOSTA CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL
DE SÃO JOSÉ DO SABUGI

REALIZAÇÃO

APOIO





SÃO JOSÉ DO SABUGI – PB / 2024

PROPOSTA CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

DE SÃO JOSÉ DO SABUGI

REALIZAÇÃO



APOIO



ISBN



EXPEDIENTE

INSTITUTO NEOENERGIA

RENATA CHAGAS
DIRETORA PRESIDENTE
MARIA MARTHA STUSSI FERNANDES
ANALISTA DE PROJETOS SOCIAIS

CIEDS

VANDRÉ BRILHANTE
DIRETOR-PRESIDENTE

FABIO MULLER
DIRETOR EXECUTIVO

NOEMI BRAGA
DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA

ROSELENE SOUZA
DIRETORA DE GENTE E CULTURA

JOSÉ CLÁUDIO BARROS
DIRETOR DE PROJETOS E PROGRAMAS

MARINA ROTENBERG
GERENTE DE MARCA E COMUNICAÇÃO

GUILHERME NASCIMENTO
THIAGO GOMES CLAUDIO
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

BALCÃO DE IDEIAS E PRÁTICAS EDUCATIVAS (BIPE)

NATHACHA MONTEIRO FERREIRA
COORDENADORA DE PROJETOS

ALCIR DE SOUZA CARIAT
ALEXSANDRA LUCENA
FRENTE DE FORMAÇÃO

ALESSANDRA RODRIGUES DOS SANTOS
ROBERTA STANGHERLIM
FRENTE ASSESSORIA

ANDERSON CORREA DA SILVA LIMA
ANALISTA DE MONITORAMENTO

SULAMITA ROSA N. SOARES
ASSISTENTE DE PROJETOS

SÃO JOSÉ DO SABUGI — GESTÃO 2020-2024

COLABORADORES DO CURRÍCULO

JOÃO DOMICIANO DANTAS SEGUNDO
PREFEITO

FRANCISCO DE MEDEIROS LIMA
VICE-PREFEITO

CHARLENE ARAÚJO DE ANDRADE COSTA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
ESPORTE, CULTURA E TURISMO

EQUIPE TÉCNICA

JEANE MARIA PEREIRA DE MEDEIROS
JOANA D'ARC DOS SANTOS COSTA
MARIA DJANI DOS SANTOS
SHEYLLA RENATHA MARQUES DA NÓBREGA

EQUIPE GESTORA

GILDETE MARIA DE SOUZA AZEVEDO
JADERLUCE DE MEDEIROS CARDOSO
JAILMA MARIANA DE MORAIS A. GOMES
JOSIVALDO ANDRADE DO NASCIMENTO
JUREMA KELLY ANDRADE DA NÓBREGA
MARILES GUIOMAR MEDEIROS SANTOS
VITÓRIA ALEXANDRA DE ALMEIDA SILVA

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

ELISÂNGELA MARIA DE SOUZA
GESSIANE DE MEDEIROS SOUZA
JAMYLLE MARIA SANTOS DE MEDEIROS
JAYZA SHELÝ DE MORAIS SANTOS
LUZINETE DOS SANTOS SILVA MEDEIROS

COMISSÃO DOCENTE - EDUCAÇÃO INFANTIL

ANA LÚCIA DE ARAÚJO
EDILENE ROQUE DE SOUZA SANTOS
ELIENE DE SOUZA SANTOS
ELISABETH MARIA DE SOUZA FERREIRA
GÉSSICA LUIZA DE MEDEIROS SOUZO
JANILMA ALVES DE MORAIS SIMPLÍCIO
JOSEANE AUGUSTA DOS SANTOS
JOSEANE MARIA PEREIRA DA SILVA
LUCIENE ARAÚJO SOUZA SANTOS
LUCINEIDE DOS SANTOS SILVA
LUZIE NE SILVA DE MEDEIROS
MARIA CLEIDE DE OLIVEIRA SILVA
MARIA DAS NEVES MEDEIROS SILVA
MARIA DE FÁTIMA BEZERRA DOS SANTOS COSTA
MARIA HELENA BOMFIM DA RESSURREIÇÃO
MARIA IZABEL FERNANDES DE ANDRADE
MARIA SONAIDE PEREIRA DA SILVA
MARIA VILMA COSTA
MILENE GARCIA DE ARAÚJO FERNANDES
NATIELI CORREIA SILVA
NILDA MARIA DE OLIVEIRA SILVA
RITA DE CÁSSIA DOS SANTOS LOPES
TEREZINHA VIEIRA DE SOUZA NETA
VILLÂNIA RUTH ARAÚJO DE MEDEIROS

COMISSÃO DOCENTE – ANOS INICIAIS

ANA KARLA AZEVEDO OLIVEIRA
DAMARA IRIS DA SILVA S. LIMA
EDNA MEDEIROS DE AZEVEDO
ELICE MARIA DA COSTA GOMES
FRANCISCA DANÚBIA SIMPLÍCIO DE AZEVEDO
JADERLICE MEDEIROS DOS SANTOS
JECKSON DE OLIVEIRA SANTOS
JOSEALDO ARAÚJO VIEIRA
KÁTIA CILENE MEDEIROS SILVA
KÁTIA NIELE ALVES DOS SANTOS SILVA
LUCICLEIDE ARAÚJO DE SOUZA
LUCINALVA ARAÚJO DE SOUZA
LUCINEIDE RODRIGUES DE M. SIMPLÍCIO
MÁGDA MARIA DE ARAÚJO SOUZA
MARIA DAS VITÓRIAS MEDEIROS SILVA
MARIA IZABEL DE AZEVEDO MEDEIROS
MARIA NÁDJA MAÍZA CELESTINO
MARIA SONEIDE DE ANDRADE
NEILZA MEDEIROS DE OLIVEIRA
PAULA FRASSINETE DA N. MEDEIROS
RITA MEDEIROS ARAÚJO

COMISSÃO DOCENTE - ANOS FINAIS

CRISTINA MARIA DOS SANTOS MORAIS
ELITÂNIA DE OLIVEIRA SANTOS
ELZA DE ALMEIDA DANTAS MORAIS
ÉRICA BATISTA DE AZEVEDO MORAIS
FELIPE NOGUEIRA XAVIER
FRANCISCO RIBEIRO DELGADO FILHO
GABRIELLA BATISTA DE LIMA
HELENITA DA SILVA DANTAS
JANUÁRIO DE ASSIS NASCIMENTO
JEAN DOS SANTOS SILVA
JOÃO FRANCISCO DE FIGUEIREDO
JOSÉLIA DOMICIANO GALVÍNIO MORAIS
LIZANE GEIZA DE AZEVEDO ARAÚJO MORAIS
JÚLIO CÉSAR FERNANDES DE MEDEIROS
OZIVALDO FERREIRA DE SOUZA
MANOEL MESSIAS DA SILVA
MARIA ALDENISY M. DE ANDRADE
NIEDJA JAIANE NASCIMENTO DE MORAIS
RONDINELLE BATISTA DE LIMA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
TRAJETÓRIA DA PROPOSTA CURRICULAR DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SABUGI	11
CURRÍCULO E DIREITOS EDUCATIVOS PARA A DIVERSIDADE	12
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, EDUCAÇÃO ESPECIAL, EDUCAÇÃO DO CAMPO	13
SUJEITOS E DIREITOS DE APRENDIZAGEM NO TRABALHO PEDAGÓGICO	15
OS ESTUDANTES DE SÃO JOSÉ DO SABUGI: POPULAÇÕES, IDENTIDADES, CURRÍCULO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	17
A AVALIAÇÃO	18
EDUCAÇÃO INTEGRAL E EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL	19
EDUCAÇÃO INFANTIL — INTRODUÇÃO	21
MARCO REGULATÓRIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEPÇÕES, AVANÇOS E CONTEXTO LOCAL	21
AS CRIANÇAS DE SÃO JOSÉ DO SABUGI, POPULAÇÕES, IDENTIDADES, CURRÍCULO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	24
PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	27

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	29
A EDUCAÇÃO DO CAMPO	30
A INCLUSÃO ESCOLAR VIVENCIADA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	31
A RELEVÂNCIA DA INTERAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA	33
OS DIREITOS DE APRENDIZAGEM E A BNCC DA EDUCAÇÃO INFANTIL	33
OS DIREITOS DE APRENDIZAGEM	34
OS CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS COMO PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL	38
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO	42
O TRABALHO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, ESPAÇOS EDUCACIONAIS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES	60
O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	64

APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo de São José do Sabugi-PB apresenta a Proposta Curricular para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e as modalidades de ensino Educação Especial, Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos da rede municipal de ensino.

A elaboração deste documento emana da aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e a sua homologação, em 2017, pelo Ministério da Educação (MEC), que, por sua vez, demandou diversas iniciativas a ser implementadas pelos entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), entre elas, o pacto de colaboração entre Estados e Municípios para a construção dos currículos, numa perspectiva territorial.

O Currículo Municipal parte da Base Nacional Comum Curricular, da Proposta Curricular do Estado da Paraíba e demais documentos e diretrizes que orientam e subsidiam essa construção. A elaboração cumpriu a legislação e permitiu analisar e repensar a educação de São José do Sabugi e projetá-la, atendendo aos anseios do município, orientando as atividades educativas, as formas de executá-las e definindo suas finalidades, atendendo as novas diretrizes educacionais que fluem da necessidade de uma organização escolar que proporcione a humanização dos sujeitos e a diminuição da desigualdade social e cultural.

Esta Proposta Curricular, é resultado de estudos, fóruns e audiências públicas com a participação de todos os segmentos educacionais de São José do Sabugi, tendo representações de toda a sociedade. Os encontros e discussões contribuíram para diagnosticar a realidade educacional a partir do contexto local e legislação vigente.

Deste modo, esta Proposta Curricular denominada versão preliminar 2 será submetida a análise de todos os envolvidos na educação do município e receberá contribuições até dia 31 de julho de 2024 para que seja possível uma versão final validada por toda a rede. Podem enviar e-mail para **propostacurricularsaojosedosab@gmail.com**

Portanto, esperamos que a proposta seja uma orientação importante para os educadores desenvolverem suas práticas educativas cotidianas, de modo a contribuir para a transposição didática efetiva dos objetos de conhecimento/conteúdos e, conseqüentemente, para a concretização dos objetivos de aprendizagens traçados, os quais garantirão os direitos de aprendizagem de cada criança, adolescentes e jovens e adultos na Educação Básica no município de São José do Sabugi-PB.

“Fé na vida, fé no homem, fé no que virá.
Nós podemos tudo, nós podemos mais,
Vamos lá fazer o que será.”

Gonzaguinha

TRAJETÓRIA DA PROPOSTA CURRICULAR DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SABUGI

O processo de construção da BNCC tem uma trajetória histórica e normativa ao longo dos últimos trinta anos, observe:

1988	Promulgada a Constituição Federal: a criação de uma Base Nacional Comum, com a fixação de conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, é prevista no artigo 210.
1996	A Lei das Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Básica é aprovada e reforça a necessidade de uma base nacional comum.
1997 A 2000	Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) foram consolidados em partes: 1º ao 5º ano em 1997; 6º ao 9º ano em 1998; e, em 2000, foram lançados os PCNs para o Ensino Médio.
2010 A 2012	Plano Nacional de Educação (PNE) – A Lei n. 13.005, de 2014, instituiu o PNE com vigência de dez anos. São vinte metas para melhorar a qualidade da Educação Básica, sendo que quatro delas tratam da Base Nacional Comum Curricular.
2014	Plano Nacional de Educação (PNE) – A Lei n. 13.005, de 2014, instituiu o PNE com vigência de dez anos. São vinte metas para melhorar a qualidade da Educação Básica, sendo que quatro delas tratam da BNCC.
2015	A Portaria nº 592 de 17 de junho de 2015 institui a Comissão de Especialistas para a Elaboração de Proposta da BNCC. Em outubro desse ano, tem início a consulta pública para a construção da primeira versão da BNCC com contribuições da sociedade civil, de organizações e entidades científicas.
2016	Em março, após 12 milhões de contribuições, a primeira versão do documento é finalizada. Em junho, seminários com professores, gestores e especialistas abertos à participação pública são realizados por todo o Brasil, para debater a segunda versão da BNCC. Em agosto, começa a ser redigida a terceira versão, em um processo colaborativo com base na versão 2.
2017	Em abril, o MEC entregou a terceira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ao Conselho Nacional de Educação (CNE). O CNE elaborou parecer e projeto de resolução sobre a BNCC e homologou as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.
2018	Foi promulgada a Portaria nº 331, de 5 de abril de 2018 que institui o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular – ProBNCC e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para sua implementação.
2020 A 2023	Período de realização de estudos dos documentos vigentes, levantamento de acervo documental e técnico pedagógico existente. Encontros coletivos virtuais e presenciais.

A elaboração da proposta curricular para o município de São José do Sabugi-PB, tem relação direta com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular do Brasil (BNCC), em dezembro de 2017, documento que determina competências (gerais e específicas), as habilidades e as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver durante cada etapa da educação básica – Educação Infantil (direitos de aprendizagem e campos de experiência), Ensino Fundamental e Ensino Médio. Independentemente de onde as crianças, os adolescentes e os jovens moram ou estudam é necessário a garantia de uma base comum em todo o território nacional acrescida de uma parte que garanta a especificidade local.

Desse modo, foi necessário delinear o processo de elaboração para a Proposta Curricular Sãojoeense, levando em consideração algumas propostas antes elaboradas. Assim, buscamos recuperar, revisar e sistematizar o que já tínhamos construído anteriormente, além de diagnósticos existentes.

A partir do segundo semestre do ano de 2021, iniciaram a realização de estudos de vários referenciais teóricos sobre currículo, para fundamentar a escolha da estrutura que embasa epistemologicamente a Proposta Curricular Municipal, como também pesquisas no acervo documental e técnico pedagógico existente.

Dando continuidade, foi elaborada uma primeira versão da Proposta Curricular do município de São José do Sabugi, pelos redatores de cada segmento e sob a supervisão dos coordenadores de etapa da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

Em concomitância com o seu processo de elaboração, houve a realização de oficinas com professores, gestores, coordenadores e equipe técnica da rede, para avaliar e propor alterações no Documento Preliminar, também sob orientação da Assessoria do projeto Balcão de Ideias e Práticas Educativas. Ressaltamos que, em todo o processo de elaboração, reelaboração e finalização do documento, houve o acompanhamento do Conselho Municipal de Educação CME.

Este documento, portanto, apresenta os princípios orientadores para a elaboração das Propostas Pedagógicas das Escolas da rede municipal públicas e privadas, a fim de contribuir para uma prática pedagógica significativa, capaz de proporcionar o desenvolvimento das competências essenciais, frente aos desafios educacionais, sociais, culturais e profissionais da atualidade.

CURRÍCULO E DIREITOS EDUCATIVOS PARA A DIVERSIDADE

A proposta curricular está pautada nos contextos pessoal, social, cultural e político dos sujeitos em suas aprendizagens na escola. Desse modo, toma-se o currículo não só como decisões educativas institucionalizadas que devem ser concretizadas na escola, mas também como um campo de disputas e escolhas, que revelam compromissos sociais e políticos e que envolvem a construção de subjetividades e identidades.

Nessa direção, considerando a diversidade de sujeitos que protagonizam a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, esta proposta sinaliza como currículo as diferentes experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, e que contribuem para a construção das identidades das crianças e adolescentes sãojoeenses. (MOREIRA e CANDAU, 2007).

Sendo assim, organiza-se em torno da noção de direitos de aprendizagem dos sujeitos, propondo, desse modo, os conhecimentos essenciais aos quais todos os estudantes de São José do Sabugi têm direito a ter acesso e a se apropriar, com vistas ao seu pleno desenvolvimento e à promoção de uma educação de qualidade e democrática.

Esse conjunto de conhecimentos incorpora aqueles estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular, sendo complementado por uma parte diversificada, que contempla as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos são joseenses. Constitui-se, dessa maneira, como um documento orientador para a reelaboração/construção dos projetos pedagógicos das escolas no município, configurando-se como ponto de partida e referência, aberto e flexível, para se pensar as necessidades de aprendizagem dos diversos sujeitos que compõem a sociedade sãojoseense.

Tomando como parâmetro essa concepção de currículo, a proposta curricular aqui apresentada considera as diversas práticas educativas realizadas nos contextos escolares e em contextos mais amplos que, na relação com os primeiros, deve estabelecer um vínculo na direção do reconhecimento dos pertencimentos culturais, sociais, políticos, econômicos, subjetivos, nos quais os sujeitos se constituem.

Os sujeitos são diversos e, deverão ser compreendidos assim nos diferentes espaços em que forem pensadas propostas e práticas pedagógicas nas instituições educacionais do município de São José do Sabugi: do Projeto Político Pedagógico das escolas a sua materialização no cotidiano delas, no qual sujeitos diversos e de direitos ocupam lugares e espaços, com seus corpos, suas culturas, suas práticas sociais e devem, por isto, ser “validados” por toda a comunidade escolar.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, EDUCAÇÃO ESPECIAL, EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1996) organiza o sistema educacional brasileiro em dois níveis de ensino: a Educação Básica – composta pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – e o Ensino Superior. A Educação Básica pode ser ofertada nas modalidades de: educação de jovens e adultos, educação profissional, educação especial e educação indígena. As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais – DCN (2013), além das etapas e modalidades descritas pela LDB, inserem as modalidades: educação do campo, educação indígena, educação quilombola e educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.

O Documento Curricular do município de São José do Sabugi focaliza as modalidades a seguir descritas, pelas especificidades presentes no contexto educacional do município.

A- EDUCAÇÃO ESPECIAL

Em consonância com o artigo 208 da Constituição Federal, o Art. 58 da LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional), diz que entende-se por “educação especial a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. E no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes.

- 1 currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- 2 terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

Em São José do Sabugi, o percurso da educação das pessoas com deficiência é marcado pela luta por igualdade de acesso e permanência dos mesmos à educação, direcionando várias ações para o atendimento às especificidades de cada educando em processo de escolarização. Nessa perspectiva, promove oportunidades educacionais diversas para que os alunos acompanhem o currículo e disponibiliza recursos e serviços especializados como Atendimento Educacional Especializado (AEE), profissionais de apoio escolar, material didático-pedagógico adaptado, formação para gestores escolares, professores, profissionais de apoio e mantém um trabalho em parceria com as Secretarias de Saúde e Assistência Social, além de ter instituído a Lei Municipal nº 566 de 18 de setembro de 2018, que estabelece princípios para a implantação da Política de Educação Especial no município e através da Lei Municipal nº 585, de 04 de setembro de 2020, instituiu no calendário oficial da cidade, o mês de setembro para dar visibilidade a inclusão social da pessoa com deficiência.

Diante desse contexto, o município vem desenvolvendo o Projeto Setembro Verde, que tem como objetivo gerar visibilidade e luta pela inclusão social da pessoa com deficiência. Setembro foi escolhido para essa ação em razão do dia 21 ser Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência e, a cor verde simboliza a esperança e o renascimento das reivindicações de cidadania e participação plena em igualdade de condições. Ressalta-se que o Projeto Setembro Verde, perpassa todo o ano letivo, dando uma ênfase maior durante o mês de setembro.

B- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Constituição Federal determina, em seu artigo 208, inciso I, ser dever do Estado a oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, por meio de cursos e exames que considerem as características dos alunos, seus interesses, condições de vida e de trabalho. De acordo com os art. 37 e 38 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a responsabilidade dos sistemas de ensino em assegurar o direito à educação para aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos até os 17 anos de idade. É uma modalidade de ensino estratégica, por promover a ampliação do direito acesso à educação. Orienta-se pela concepção de educação ao longo da vida e garante a um público diferenciado - jovens e adultos (a partir de 15 anos para o ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio) - o direito à escolarização básica em igualdade de condições com os demais estudantes, favorecendo a formação humana, social e científica. Nesse sentido,

“Os objetivos da educação de jovens e adultos, vistos como um processo de longo prazo, desenvolvem a autonomia e o senso de responsabilidade das pessoas e das comunidades, fortalecendo a capacidade de lidar com as transformações que ocorrem na economia, na cultura e na sociedade como um todo; promove a coexistência, a tolerância e a participação criativa e crítica dos cidadãos em suas comunidades, permitindo assim que as pessoas controlem seus destinos e enfrentem os desafios que se encontram à frente. É essencial que as abordagens referentes à educação de adultos estejam baseadas no patrimônio cultural comum, nos valores e nas experiências anteriores de cada comunidade, e que estimular o engajamento ativo e as expressões dos cidadãos nas sociedades em que vivem.”

(Declaração de Hamburgo sobre a EJA, 1997)

No contexto da educação municipal de São José do Sabugi-PB, a oferta da EJA ocorre nos anos iniciais e finais do ensino fundamental no formato presencial, em escolas urbanas e rurais, de acordo com a demanda existente, com um planejamento curricular que considera, atender às características e necessidades dos grupos sociais que buscam a modalidade para retornar à escola ou iniciar seus estudos.

C- EDUCAÇÃO DO CAMPO

No que diz respeito ao atendimento escolar às populações do campo, observadas a LDB e as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº7/2010 e Resolução CNE/CEB nº 4/2010, nos permite refletir sobre os processos avaliativos, no artigo 28 da LDB está previsto que:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

Nesse sentido, analisamos que os processos avaliativos ao considerarem as especificidades que constituem os povos do campo e seus territórios, colocam em questão outras formas para os processos de ensino e aprendizagem. Desse modo, a Educação do Campo, em seus espaços escolares, passa a constituir-se enquanto lócus de produção de conhecimentos referenciados nos seus sujeitos. No contexto das escolas multisseriadas do campo, os processos avaliativos, necessitam considerar as peculiaridades que as constituem, tendo em vista que as salas de aula se constituem numa maior heterogeneidade, isso porque reúnem alunos de etapas/anos/séries diferentes sob a responsabilidade de um único docente.

SUJEITOS E DIREITOS DE APRENDIZAGEM NO TRABALHO PEDAGÓGICO

O conceito de Direitos Humanos diz respeito a um conjunto de direitos internacionalmente reconhecidos e conectados com os Estados Democráticos de Direito por meio dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, transindividuais ou difusos, com vistas a garantir a igualdade, a equidade e a dignidade humana.

Como forma de garantir os Direitos Humanos, preconiza-se uma prática em educação que se comprometa com a superação do racismo, sexismo, homofobia, xenofobia e outras formas de discriminação correlatas e que promova a cultura de paz, posicionando-se contra toda e qualquer forma de violência. Nesse contexto, a educação para a paz precisa ser compreendida como espaço argumentativo no

qual o conflito é mediado em uma perspectiva de procedimento positivo e não violento, que favorece o diálogo com o objetivo de fortalecer relações democráticas e autônomas, fundamentais para a vivência da prática curricular no cotidiano.

Uma concepção presente nesta proposta curricular é a de sujeito de direitos, tanto na Educação Infantil como no Ensino Fundamental. Pensar os sujeitos com base nesta concepção é uma perspectiva relativamente recente e ainda temos muito o que avançar.

Nessa mesma direção, a noção de sujeito em Vygotsky (apud ZANELLA, 2004, p. 127) afirma que este é “constituído em contextos sociais, os quais, por sua vez, resultam da ação concreta de homens que coletivamente organizam o seu próprio viver” (ZANELLA, 2004, p. 128). O sujeito se constitui em relação, o que implica a alteridade, a negociação, o conflito, mas, também, a possibilidade de consensos. A partir do exposto e considerando o contexto local, a Educação de São José do Sabugi considera o indivíduo como um sujeito que precisa ter acesso ao conhecimento organizado. Para isso, as nossas escolas devem oferecer em seus currículos uma ampliação do seu repertório de saberes, conhecimentos, habilidades e competências que contribuam para a sua formação integral, a partir do autoconhecimento, da análise e reflexão acerca do mundo e da vida.

Para isto, alinhado aos fundamentos legais instituídos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, na Base Nacional Comum Curricular, nos Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação, este documento curricular tem como princípios básicos:

- 1 *Compreensão da formação integral do educando, enquanto ser que aprende, sonha e ousa, em busca de uma convivência social libertadora fundamentada na ética cidadã.*
- 2 *Equidade nas condições de acesso, permanência e sucesso escolar, a fim de assegurar a inclusão e a diversidade.*
- 3 *Redução da evasão, repetência e distorção entre idade e ano de escolaridade.*
- 4 *Propagação de valores fundamentais do interesse social, dos direitos e deveres dos cidadãos, do respeito ao bem comum e à ordem democrática.*
- 5 *Organização das experiências escolares em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, a fim de articular vivências e saberes dos estudantes com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuir para a construção das identidades dos educandos.*
- 6 *Proposta curricular contextualizada em função das peculiaridades do meio e das características, interesses e necessidades dos educandos.*
- 7 *Valorização, ampliação e diversificação dos tempos e espaços escolares efetivamente disponíveis e acessíveis para sua utilização.*

O objetivo central do trabalho escolar é ampliar a experiência pessoal do estudante e articular sua forma de significar o mundo e a si mesmo com as esferas mais amplas da experiência social. Para isto, as instituições escolares do município de São José do Sabugi devem propiciar ações que desenvolvam nos estudantes capacidades de conviver e desenvolver em grupo projetos científicos, literários, esportivos e artísticos; expressar-se, comunicar-se, reconhecer e criar linguagens; ter iniciativa para investigar e buscar soluções para problemas e conflitos; compreender como seus valores e sentimentos afetam a construção de sua identidade e visão de mundo.

OS ESTUDANTES DE SÃO JOSÉ DO SABUGI: POPULAÇÕES, IDENTIDADES, CURRÍCULO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Considerando o estudante como sendo o centro da proposta curricular do município de São José do Sabugi PB, entende-se a real necessidade de conhecer os pertencimentos sociais e culturais.

O município está localizado na região Centro-Norte do Estado da Paraíba, Mesorregião da Borborema e Microrregião do Seridó Ocidental Paraibano. De acordo com o último censo (2022) a população sãojoseense é composta por 4.138 habitantes, distribuídos em uma área territorial de 213,555km², dividida entre urbana e rural, sendo que a maior parte da população está localizada na área urbana. Caracterizada por uma economia diversificada, as atividades, em sua maioria, concentram-se na agropecuária, indústria e serviços. Na agropecuária, destaca-se a criação de bovinos, porém, estende-se para caprinos, ovinos, suínos, galinhas e a produção agrícola de frutas, legumes e hortaliças característicos da região. Já na indústria, obtêm-se relevância às cerâmicas com a produção de telhas e tijolos; atividade histórica e característica do município. Têm-se observado uma expansão no setor têxtil, o qual dispõe de algumas fábricas para produção de roupas e peças íntimas.

Desse modo, enquanto cidade de pequeno porte, vem apresentando crescimento econômico diversificado, não se restringindo apenas a um tipo de atividade econômica, ou seja, ao setor primário e terciário, comumente praticados em locais como nosso município.

A cultura no município tem sua origem no tradicionalismo nordestino, especificamente, o sertanejo, onde observa-se a valorização e preservação de tradições culturais que se encontram delineadas por toda a região Nordeste. As manifestações culturais acontecem com maior relevância na área da dança, visto que o município conta com grupos de danças culturais que prestigiam o folclore, expressões nativas e festejos juninos. No campo da música, destacam-se alguns cantores e compositores, tocadores de viola, sanfoneiros e trio pé-de-serra que no período dos festejos juninos, alegram e motivam os cidadãos para a riqueza da música nordestina que é perpassada historicamente através do forró e de suas raízes. Dentre esses, é necessário expor a presença de bandas marciais das escolas que realizam seu trabalho anualmente nos desfiles cívicos de 07 de setembro em homenagem a Independência do Brasil, além da Banda Marcial que se apresenta em vários eventos durante o ano. Além da realização de oficinas e shows culturais com os jovens e crianças por meio de grupos de danças das escolas, os quais possibilitam o desenvolvimento da linguagem corpórea e estímulo ao movimento de forma organizada e respeitada. Em meio à projeção cultural, as expressões religiosas dão ênfase ao contexto onde estas proporcionam momentos expressivos para a comunidade através de seus cultos e celebrações, destacando-se as festividades do padroeiro e veneração de santos de acordo com as datas que lhes são homenageadas, bem como os cultos evangélicos com seus louvores e grupos de canto e coreografias, que expõem e adoram a Deus, além de existirem outras manifestações religiosas, como candomblé e espírita.

Entende-se que em meio a essa diversidade o qual os estudantes de São José do Sabugi estão inseridos, há influência diretamente em seu processo de aprendizagem, portanto compreender e educá-los, implica em situá-lo no interior de uma família, um grupo social, cuja experiência forma a construção de sua individualidade.

Diante desse contexto a figura do educador é de fundamental importância na construção do seu aprendizado tendo em vista que a criança traz consigo sua singularidade. Por isso, definir o que e como ensinar impõem conhecer os sujeitos nas suas dimensões individuais e coletivas, isso é algo complexo e desafiador que requer esforço e dedicação de todos os envolvidos para que os objetivos propostos sejam alcançados e os alunos se desenvolvam na sua integralidade.

A AVALIAÇÃO

A avaliação tem como finalidade fornecer dados e informações para a compreensão da realidade e a proposição de ações em prol da melhoria da qualidade da educação (caráter diagnóstico e prognóstico). Portanto, precisa ser realizada através do engajamento da escola e de seus profissionais com o processo ensino aprendizagem dos educandos e, estes como sujeitos do processo.

De acordo com o sociólogo brasileiro Fernando Bastos de Ávila, o conceito de avaliar é “a ação de apreciar em seu justo valor um ser”. Isso mostra que as avaliações não existem apenas em espaços de ensino, mas que diariamente os indivíduos estão em um processo de avaliação, consigo mesmo e com os outros. E quando isso adentra os muros da escola, não se resume a um valor recebido em uma prova. Por este ângulo, a avaliação precisa ser idealizada numa perspectiva democrática e autônoma de cada unidade de ensino, com base nas diretrizes já instituídas e com cerne em uma vivência sinalizada pelo fundamento da inclusão, do diálogo, da responsabilidade com o grupo, da mediação e da participação. Portanto, não pode se constituir apenas em ferramenta classificatória, cujo fim último é a aprovação ou a reprovação do educando. A avaliação deve ser:

- 1 *Diagnóstica - para tomar decisões é preciso entender as aprendizagens anteriores que fundamentam os novos conhecimentos, o que envolve um processo de mapeamento do que os educandos já sabem e do que é possível somar de novos conhecimentos.*
- 2 *Contínua (cumulativa) - voltada à retenção dos conhecimentos abordados em sala de aula, onde o professor atua junto com o educando e o acompanha em seu dia a dia. Assim, o educando recebe orientações contínuas, conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).*
- 3 *Formativa - tem o objetivo de permitir que o professor detecte pontos fracos e pontos fortes do estudante. Deste modo, é possível ter dados suficientes para criar um plano de ação que responda às características individuais das turmas.*
- 4 *Qualitativa - os aspectos qualitativos referem-se à qualidade inerente aos processos avaliativos, bem como ao detalhamento dos seus registros para a tomada de decisões pedagógicas no trabalho docente. Toda prática avaliativa deve partir da garantia da equidade social em consonância com diferenças individuais e seus tempos de aprendizagem. Deve levar em conta os pontos de partida de cada educando e seu desenvolvimento em paralelo com o coletivo de sua turma, pois quanto mais próximos à escola e os professores estiverem nessa direção, melhor qualidade terão os processos de avaliação.*

A avaliação institucional contribui para que a escola conheça a sua própria realidade, refletindo sobre seus pontos positivos e os pontos a melhorar. Além disso, está relacionada à avaliação da gestão, da organização escolar, do currículo e dos processos de ensino e de aprendizagem, da atuação e qualificação dos docentes, da infraestrutura da escola, da participação e envolvimento da comunidade local, pais e responsáveis pelos alunos, do perfil socioeconômico dos estudantes, entre outros (BRANDALISE, 2011).

Dessa forma, é importante considerar a dimensão institucional da avaliação, pois a sala de aula não pode ser entendida de forma dissociada da escola e esta de forma independente do entorno social. A avaliação no município de São José do Sabugi, além de discutir resultados da aprendizagem dos

educandos é mais do que examinar as notas que estes obtiveram, pois é preciso acionar a discussão sobre a natureza da mediação pedagógica realizada e os fatores contextuais intra e extraescolares intervenientes no processo. Sendo assim, considerando o espaço coletivo da escola, seus diferentes problemas e como estes afetam a aprendizagem de crianças e jovens nas salas de aula, enriquece-se a discussão avaliativa e potencializa-se o compromisso dos professores com o direito de aprender de todas as crianças e jovens do nosso município. (SORDI e LUDKE, 2009).

Os instrumentos utilizados na avaliação devem ser diversificados e elaborados de forma explícita e coerentes às expectativas de aprendizagem a que se referem e, principalmente, que atenda aos critérios previamente estabelecidos no projeto político-pedagógico de cada instituição de ensino.

EDUCAÇÃO INTEGRAL E EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Podemos definir o conceito de educação integral a partir de um ditado africano que diz que “para educar uma criança, é preciso uma aldeia inteira”.

Partindo desse pressuposto, a educação em sua integralidade deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural e se constituir como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais. O desenvolvimento integral é, portanto, o elemento central da proposta formativa da Educação Integral e, deve ser assumida por todos os agentes envolvidos no processo formativo das crianças, jovens e adultos.

A aprendizagem acontece desde o nascimento e continua ao longo de toda a vida. Ocorre em diferentes contextos: na família inicial, com os pais; com os pares, na nova família, na escola; em espaços formais e informais. Nesse sentido, a educação escolar precisa ser repensada, de modo a considerar as crianças e os adolescentes sujeitos inteiros, considerando, a todas as suas vivências, aprendizagens. Nesse contexto, a escola se converte em um espaço essencial para assegurar que todos e todas tenham garantida uma formação integral. Ela assume o papel de articuladora das diversas experiências educativas que os alunos podem viver dentro e fora dela, a partir de uma intencionalidade clara que favoreça as aprendizagens importantes para o seu desenvolvimento integral.

Além disso, a Educação Integral reconhece as crianças e os jovens como sujeitos de direito, atores sociais com expressão e linguagens singulares. São criadores e produtores de culturas próprias construídas na interação com seus próprios pares e no intercâmbio entre idades e gerações. Propostas de Educação Integral oportunizam tempo e espaço para a livre criação de suas culturas e valorizam e reconhecem saberes, fazeres e sentimentos expressados por meio do universo simbólico e artístico. A Educação Integral é, desta forma, uma concepção de educação comprometida com a construção de conhecimentos com sentido e significado por meio de aprendizagens que sejam relevantes, acessíveis, pertinentes e transformadoras para os estudantes.

A Educação Integral:

é uma proposta contemporânea porque, alinhada às demandas do século XXI, tem como foco a formação de sujeitos críticos, autônomos e responsáveis consigo mesmos e com o mundo;

é inclusiva porque reconhece a singularidade dos sujeitos, suas múltiplas identidades e se sustenta na construção da pertinência do projeto educativo para todos e todas;

é uma proposta alinhada com a noção de sustentabilidade porque se compromete com processos educativos contextualizados e com a interação permanente entre o que se aprende e o que se pratica;

promove a equidade ao reconhecer o direito de todos e todas de aprender e acessar oportunidades educativas diferenciadas e diversificadas a partir da interação com múltiplas linguagens, recursos, espaços, saberes e agentes, condição fundamental para o enfrentamento das desigualdades educacionais.

Para contemplar a singularidade de cada estudante na construção do seu percurso formativo é necessário que os educadores detenham um amplo conhecimento das múltiplas formas pelas quais as crianças e jovens aprendem e se desenvolvem e, conseqüentemente, de uma pluralidade de métodos e intervenções que podem ser colocados em prática a partir de suas necessidades, interesses e dos objetivos de aprendizagens e desenvolvimento definidos no currículo.

As diferenças inerentes a cada pessoa constroem a riqueza de nossa humanidade. Propostas de educação integral, então, devem respeitar todas as diferenças representadas pelas deficiências, origem étnico racial, condição econômica, origem geográfica, orientação sexual, religiosa ou qualquer outro fator.

Na perspectiva da educação integral, o conceito de tempo integral suscita várias discussões, uma vez que há algumas correntes dos movimentos sociais ligados à educação que defendem que apenas a ampliação do tempo de estudo não garante o resultado ambicionado pela educação integral no ensino e aprendizagem dos estudantes – resultado este que deseja garantir o pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Para tanto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como documento oficial do país, apresenta contribuições, nas quais identificamos a expressão “Educação Integral” apresentada de maneira transversal, valendo-se da expressão “desenvolvimento integral”.

O documento (2017) sinaliza competências que dialogam diretamente com o desenvolvimento integral: autoconhecimento e autocuidado; sociabilidade; criatividade e inovação, determinação, apreciação da diversidade, responsabilidade e pensamento crítico.

EDUCAÇÃO INFANTIL - INTRODUÇÃO

Este documento, ora apresentado, é o resultado do diálogo entre a BNCC e a proposta curricular do estado da Paraíba, além do olhar para a realidade de São José do Sabugi que primou por ser, desde o início, uma construção coletiva, a várias vozes, ouvidas por meio de diversas estratégias (rodas de conversa, palestras, consulta pública, seminários), no sentido de garantir, dentro dos limites e possibilidades dessa construção, o maior número de participação de gestores, professores e supervisores da Educação Infantil.

Neste documento, encontram-se, as definições de criança, currículo e proposta pedagógica que tem orientado compreensões e práticas voltadas ao sujeito criança em instituições educativas destinadas a eles.

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica e, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009), a criança é concebida como “sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva (...), produzindo cultura”. Nas relações que este sujeito estabelece com a instituição educativa, produz-se o currículo, que se caracteriza por um “conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade”.

Neste sentido, esse arcabouço não se constitui como pronto e acabado, pois, é uma resposta à demanda por inovação e adaptação na educação e este se coloca à disposição de gestores, coordenadores pedagógicos, professores e demais pesquisadores da área do município.

MARCO REGULATÓRIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEPÇÕES, AVANÇOS E CONTEXTO LOCAL

as propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, DCNEI, 2009, art. 4º).

Elaborar um documento curricular ou proposta curricular para Educação Infantil, envolve refletir sobre o papel transformador da educação na vida das crianças as quais estão e irão vivenciar experiências significativas para o seu pleno desenvolvimento. Contudo, se faz necessário refletir também, sobre como essa etapa educativa vem se transformando, construindo e consolidando a sua identidade nos sistemas de ensino, sobretudo, na realidade do município de São José do Sabugi-PB.

De maneira sistematizada, será abordado os aspectos legais que regulamentam a Educação Infantil em nível nacional, regional e local considerando as respectivas datas de publicação. Foram feitas pesquisas por meio de consultas públicas, foi garantido o diálogo sobre as propostas e interação entre os participantes no cotidiano das Instituições de Educação Infantil do município, assumindo o compromisso de legitimar esta etapa da Educação Básica a fim de garantir os direitos e possibilidades de desenvolvimento integral das crianças no referido município.

**1988
CONSTITUIÇÃO
FEDERAL**

Art. 208 - O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006);

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

1990 - ECA

Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei nº 8.069/1990)

Art. 2 - Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade;

Art. 3 - A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

1996 - LDBEN

Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei nº 9.394/96)

Art. 29 - A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

2015 - PME

Lei Nº 497/2015, dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Educação - PME.

2017 - BNCC

Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017

Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

Documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais como direitos das crianças, jovens e adultos no âmbito da Educação Básica escolar, e orientam sua implementação pelos sistemas de ensino das diferentes instâncias federativas, bem como pelas instituições ou redes escolares

Os documentos legais vêm definindo a garantia de direitos ao atendimento das crianças em idade escolar, fomentando o cuidado com essa etapa da educação básica, assim como, a investigação e o desenvolvimento de mais políticas públicas que possam suprir as necessidades educacionais de maneira integral no período de escolarização.

A educação infantil passou por transformações importantes ao longo dos anos. As leis que embasam e dão suporte refletem essa importância, assim como, na quebra de paradigmas, rompendo com a cultura assistencialista das instituições que devem estar pautadas e estruturadas na construção de práticas pedagógicas significativas, promovendo vivências que façam sentido para as crianças. Assim,

Dar visibilidade à ludicidade na escola é perceber a criança como um ser que possui uma linguagem própria de expressão, é permitir-lhe experienciar um envolvimento mais profundo com que está sendo proposto e, consequentemente, uma apreensão significativa no campo da aprendizagem. (BONFIM, 2010, p.21).

Nesse sentido, reconhecer que a ludicidade precisa estar presente no cotidiano como forma de garantir as aprendizagens essenciais conforme a BNCC ilustra, bem como, os eixos norteadores: interações e brincadeiras, que devem ser considerados no planejamento do professor pensando assim, na identidade e singularidade das crianças em questão.

Os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (Brasil, 2006), organizam parâmetros de referência que dão suporte aos sistemas no que se refere a organização e o funcionamento das instituições, ou seja, são considerados aspectos relacionados à gestão, financiamento, formação docente e propostas pedagógicas dentre outras.

Portanto, a Educação Infantil alçou o seu lugar de direito por meio da promulgação de todos os documentos legais, resultado de muitas lutas e conquistas no campo da defesa dos direitos das crianças, permitindo assim refletir e organizar o Currículo, o Projeto Político Pedagógico, bem como, todos os demais documentos necessários na busca pela promoção da equidade e igualdade de oportunidades a todas as crianças diminuindo as diferenças entre as classes sociais e ofertando um desenvolvimento integral a todos.

AS CRIANÇAS DE SÃO JOSÉ DO SABUGI, POPULAÇÕES, IDENTIDADES, CURRÍCULO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

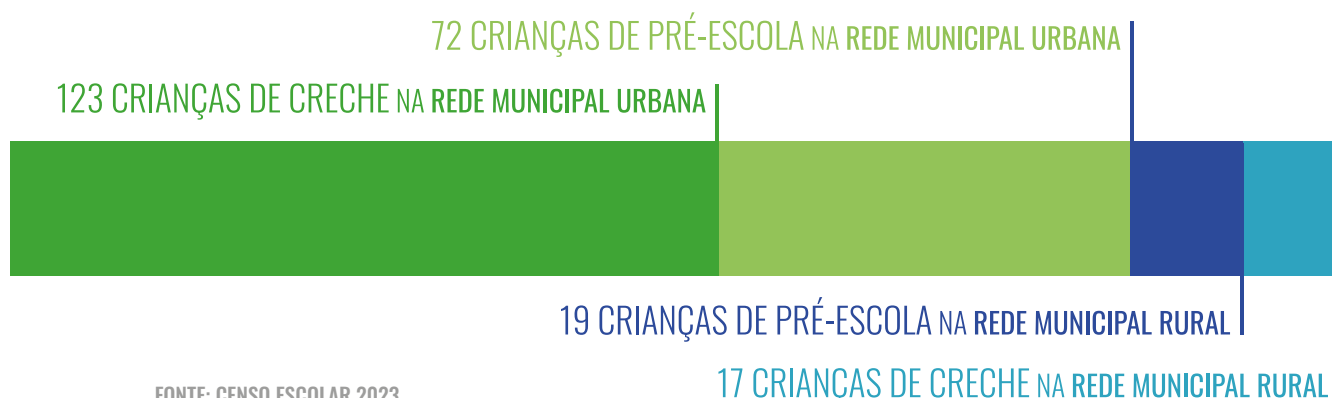
A cidade de São José do Sabugi-PB, situada no sertão da Paraíba, precisamente no Vale do Sabugi, vem crescendo no desenvolvimento industrial e em infraestrutura. Ao longo dos anos foi se transformando, ora seu povo, ora sua cultura e seus costumes foram prevalecendo.

As pessoas que aqui vivem se orgulham desse chão, povo acolhedor, humilde que busca ajudar todos aqueles que vem a nossa cidade e necessita de apoio. Pequena em tamanho, mas com uma cultura vibrante, as danças, as comidas, os artesanatos estão presentes no dia a dia de sua gente, formas diversificadas de mostrar que somos um povo ativo em pleno desenvolvimento cultural, emocional e social. Com os avanços advindos em nossa região, na última década, a educação tem lugar privilegiado, investimentos de grande porte foram utilizados para construção de uma creche modelo para atender as crianças bem pequenas de nosso município.

Mediante a realidade deste lugar, as crianças que aqui habitam, são crianças em desenvolvimento, cujo as experiências, os ensinamentos, a cultura local, os auxiliam no seu processo escolar, bem como, as crianças que convivem em áreas rurais e são atendidas na mesma localidade, uma vez que, o município oferece Educação do Campo visando proporcionar uma melhor experiência e vivência dos pequenos fazendo uma relação com aquilo que será construído pelos os mesmos em processo de aprendizado com sua localidade, nas quais oferecem uma estrutura física e pedagógica adequada, com profissionais preparados para atender essas crianças e proporcioná-los um aprendizado significativo.

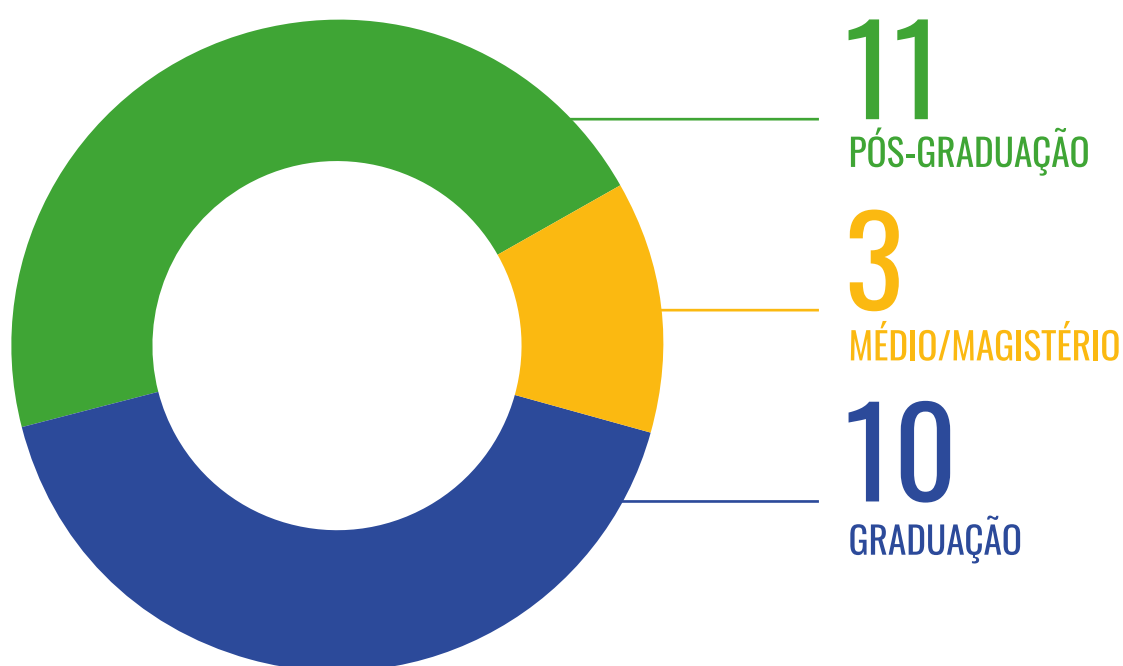
Relativo à relação da educação e família, compreende-se que o ambiente familiar é o primeiro contato que a criança tem de experimentar vivências educativas os quais são considerados e refletidos nas unidades de ensino, em que estão fortemente relacionados com o que os mesmos aprendem na escola. Diante deste cenário, se constitui a identidade da população de São José do Sabugi-PB, dos quais, serão apresentados aqui um panorama geral e específico do público-alvo atendidos nas etapas da educação infantil no referido município. As informações coletadas aqui se deram mediante a pesquisa realizada no Censo Escolar 2023 em que por meio deste, é possível levantar informações estatísticas e pedagógicas das escolas e assim obter de forma precisa as realidades educacionais das Instituições. Através dessa pesquisa, o objetivo é diagnosticar o perfil do município para que consigamos ilustrar as necessidades e demandas das escolas a fim de deixar evidente e o considerar no processo de construção desse documento.

O município de São José do Sabugi-PB, segundo o Censo Escolar 2023 atende na educação infantil um total de 231 (duzentos e trinta e uma) crianças. Sendo que 123 crianças da Creche são atendidas na Zona Urbana, 72 crianças da Pré-escola também na Urbana, 17 da Creche na Zona Rural e 19 crianças da Pré-escola na Zona Rural.



FONTE: CENSO ESCOLAR 2023

Considerando os dados estatísticos apresentados, é possível perceber que o número de crianças em idade escolar atendidas na Creche Urbana é relativamente maior que o número de crianças atendidas na Pré-escola na Zona Urbana, pois a demanda atendida pela Creche vai de 11 meses até 03 anos e 11 meses, enquanto na Pré-escola a faixa etária é 4 anos a 5 anos e 11 meses, diferentemente da Zona Rural onde o ensino acontece de forma multisseriada e a demanda é relativamente menor. Outro aspecto relevante é que as instituições do município em 2023, ofertam o ensino de forma parcial e no turno matutino.



FONTE: SEMEC (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO)

De acordo com o gráfico e dos dados coletados pela Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), nos apresenta um quantitativo somado a 24 docentes atuantes em sala de aula, dos quais, 03 são professores com formação em ensino médio/magistério, 10 professores graduados e 11 professores pós-graduados. Outra informação levantada pela SEMEC, é que desse quantitativo de docentes, 08 são efetivos e 17 são contratados por meio de Processo Seletivo.

Sendo assim, através deste cenário apresentado do município, se faz necessário elucidar a vivência da Educação Infantil na perspectiva do Currículo, em que a criança, família, funções da creche e pré-escola, práticas pedagógicas são algumas das questões consideradas na construção de um currículo a qual irá projetar o percurso, orientações sejam elas pedagógicas ou de outra finalidade com relação a etapa da Educação Infantil. Por isso, a definição de currículo elucidada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil apontam que trata-se de um:

Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade
(BRASIL, 2010, p.12).

Neste sentido, o Currículo precisa ser compreendido como um documento que vai enfatizar em sua natureza aspectos relevantes, cuja articulação está caracterizada em práticas que auxiliem nas experiências e saberes das crianças contextualizando-os com conhecimentos da cultura pertencente a aquela região favorecendo o pleno desenvolvimento dos pequenos. Por isso, as instituições assumem o papel de mediadora nesse processo de construção, com a finalidade de articular todos esses elementos necessários para a construção do currículo, de modo que, o documento como um todo seja concebido para cumprir um compromisso e seja colocado em prática nas escolas com vistas ao desenvolvimento integral das crianças.

Dessa forma é fundamental considerar o acolhimento do saber que a criança traz consigo e que pode ser potencializado por meio das vivências e na relação entre pares e convivência familiar. Assim,

[...] toda orientação educativa ou curricular exige em paralelo conhecer as crianças. Esse pressuposto coloca, para os responsáveis pela ação pedagógica, a necessidade de observá-las e analisar suas manifestações para compreender o que elas já possuem como repertório vivencial, suas possibilidades reais, suas necessidades e aspirações, e as novas exigências sociais que se colocam para elas.
Buss-Simão e Rocha (2017, p.89)

Portanto, o professor da educação infantil precisa fazer uma reflexão acerca da sua prática levando em consideração o conhecimento de mundo, saberes, costumes e valores que as crianças já trazem consigo, criando possibilidades de participação na elaboração e desenvolvimento de propostas onde elas possam ser produtoras de cultura, vista como suficientemente competente para o diálogo com o adulto e tenha a sua escuta valorizada na medida em que as experiências são efetivadas. Segundo Barbosa (2006) a ação educativa requer uma dinâmica de trabalho que considera o funcionamento geral da instituição, horários e questões administrativas e pedagógicas, ou seja, as rotinas precisam ser consideradas como categoria pedagógica na medida em que a organização diária com as crianças acontece.

ADAPTAÇÃO ESCOLAR: O PROCESSO VIVENCIADO PELAS CRIANÇAS NAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

A adaptação escolar de crianças nas unidades de ensino é um processo bastante complexo e ao mesmo tempo, necessário para que se possa cada vez mais buscar melhores formas de receber essas crianças, bem como, refletir como essa realidade acontece de fato, sobretudo, com relação às reações que cada criança reproduz assim que são inseridas em um novo ambiente de convivência. Desta forma, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil aponta “O ingresso das crianças nas instituições pode criar ansiedade tanto para elas e para seus pais como para os professores.” (BRASIL, 1998, p. 79). Por isso, é relevante saber como conduzir esse processo para que não só a criança possa vivenciar esse período de forma tranquila, assim como, os pais e professores também precisam estar confortáveis para que juntos caminhem na consolidação de todo o processo adaptativo.

Por isso, essa etapa na educação infantil não pode passar despercebida, exige que o professor busque auxílio das famílias no sentido de tentar conhecer melhor esses e, consequentemente, proporcionar experiências significativas para uma melhor adaptação. Afinal, é tudo novo para as crianças e gradualmente, elas vão entendendo que aquelas situações estão fazendo parte de seu dia a dia e assim começam a entender toda a logística da rotina na sala de aula.

Mediante a situação proposta aqui, é pertinente ressaltar qual seria a função do professor nesse período adaptativo, e por meio dessa provocação, refletir sobre ela, pois o profissional que está a frente da sala de aula assume o papel de facilitador auxiliando os pequenos com intervenções pedagógicas como: jogos, brincadeiras e atividades lúdicas fazendo do momento algo mais agradável.

“O professor pode planejar a melhor forma de organizar o ambiente nestes primeiros dias, levando em consideração os gostos e preferências das crianças, repensando a rotina em função de sua chegada e oferecendo-lhes atividades atrativas.” (BRASIL, 1998, p.82)

Aos poucos, com o passar dos dias, as crianças em questão vão construindo vínculos com o professor e este, passa assim, a conquistar a confiança dos mesmos, bem como, o andamento da rotina em sala de aula, obviamente, vai acontecendo com naturalidade permitindo que as crianças consigam ter mais atenção nos estímulos pedagógicos que são abordados. Diante disso, as instituições precisam moldar todas as suas estratégias em prol do desenvolvimento dos envolvidos considerando também a maneira como elas encaram as experiências, ou seja, quais as emoções e sentimentos que são jogados para fora quando as crianças se deparam em certas situações. Para tanto,

[...] precisamos nos referir também e sempre, à emoção, às ligações e às inter-relações afetivas. Seria impossível entender o desenvolvimento integrado e convergente cada vez maior de nossos interesses e amores por aquilo que olhamos, tocamos e que nos alimenta a curiosidade. Saltini (2008, p. 57)

Por isso, o elo entre a criança e o professor acontece constantemente e faz com que essa afetividade resulte em aprendizado. Elas precisam receber carinho, atenção, cuidado e acolhimento frequente para que possam consolidar cada vez mais os vínculos, possibilitando à criança pensar, criar, refletir, experimentar tornando o espaço mais propício para o desenvolvimento natural, intencional e saudável que todas elas necessitam e que são direitos assegurados às mesmas.

CRIANÇA COMO CENTRO DO PLANEJAMENTO: UM OLHAR PARA O PROTAGONISMO DOS PEQUENOS NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Desenvolver o protagonismo das crianças bem pequenas e pequenas na educação infantil é um caminho que precisa ser pensado no cotidiano em sala de aula, porém, é notável que não é uma tarefa fácil e logo surgem algumas inquietações pelos professores no que se refere ao planejamento adequado e intencional para que esse “protagonismo” aconteça de fato nas realidades vivenciadas pelas crianças. Da mesma forma, não basta apenas o professor querer buscar o sujeito capaz de construir o seu aprendizado, se faz necessário também, que ele tenha clareza sobre o assunto, realize pesquisa para entender melhor sobre a criança em seu processo de aprendizagem. Demo (2004, p.12) afirma “o ponto alto é pesquisar e elaborar, porque essas atividades constituem, em grande parte, a dinâmica da aprendizagem.”

Partindo desta ideia, levanta-se alguns questionamentos sobre: O que significa ter a criança como centro do planejamento e o que é considerar a criança como sujeito protagonista do conhecimento? Como construir e inserir práticas educativas no planejamento com os quais possam corroborar com esse processo? Quem são as crianças atendidas nas creches e pré-escolas do município de São José do Sabugi-PB considerando as suas realidades, pertencimentos culturais dentre outros? Diante deste cenário, considera-se que o pesquisar, elaborar, executar e refletir também sobre a prática e a realidade, evidencia-se as respostas aos questionamentos levantados e assim é possível traçar caminhos em busca de alcançar os objetivos intencionais.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (2010) a criança é entendida como sujeito histórico e de direitos que por meio das experiências propostas consegue alcançar a sua identidade pessoal na medida em que brinca, imagina, deseja, experimenta e fantasia. Essa compreensão designa a criança como um ser que consegue se desenvolver de maneira integral na medida em que são ofertadas experiências significativas por meio da mediação dos professores.

No tocante a temática enfatizada aqui, as instituições de Educação Infantil: gestores, coordenadores e professores precisam assumir os seus papéis em todo o processo, além disso, a gestão das referidas instituições deve dar suporte aos professores para que possam traçar estratégias pedagógicas intencionais em seu planejamento e assim oportunizar vivências que efetivem de fato a aprendizagem das crianças considerando-a protagonista. Segundo a Base Nacional Comum Curricular,

seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural (BRASIL, 2018, p.37).

Quando no desenvolvimento da proposta pedagógica garante-se os direitos de aprendizagem das crianças em consonância com os campos de experiências propostos pela BNCC, os pequenos têm a possibilidade de explorar o ambiente de aprendizagem de tal forma, que o seu aprendizado possa ser mais relevante para sua vida. Destaca-se o quanto é tão necessário que o professor considere a criança como centro do planejamento em que tudo é realizado pensando nas necessidades das mesmas.

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Para garantir a efetivação dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral das crianças é necessário segundo a Base Nacional Comum Curricular (2018, p.39), “refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças.” Essa intencionalidade se faz presente quando nos leva a refletir sobre o modo de como avaliar as crianças em seu processo de aprendizagem. A luz de práticas cotidianas em que interações e brincadeiras, eixos estruturantes, proporcionam vivências e experiências necessárias para que o educador tenha um olhar cuidadoso e reflexivo sobre como avaliar a criança através de uma análise das reações, dos processos de assimilação aos estímulos para a construção de conhecimento.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996, p.22) em seu artigo 31 discorre sobre como esse processo de avaliação deve acontecer nas instituições brasileiras,

I – avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;

Dessa forma, o professor precisa organizar e estruturar o seu trabalho pensando em todo o processo de avaliação que é necessário para que ele possa refletir como a criança consegue se desenvolver mediante as propostas sugeridas.

Para acompanhar de maneira precisa e significativa o desenvolvimento das crianças é relevante adotar um documento que possa fornecer todas as informações dos pequenos, bem como, o registro de seu desempenho mediante as propostas vivenciadas, assim sendo, as instituições da Educação Infantil do

município vem adotando no contexto escolar a proposta do Portfólio como instrumento de registro e avaliação tendo em vista que o mesmo foi refletido pelos profissionais da educação como forma de processo formativo e que contribui para o desenvolvimento da aprendizagem das crianças na medida em que ação pedagógica é desenvolvida e refletida.

Por isso, segundo Shores e Grace (2001) “os portfólios são definidos como uma coleção de itens que revela, conforme o tempo passa os diferentes aspectos do crescimento e do desenvolvimento de cada criança” (p. 43). Assim, esse documento dá possibilidade ao professor registrar as experiências vivenciadas pelas crianças de maneira coletiva e individual e subsidiar no processo de avaliação do desempenho dos pequenos.

Outra estratégia utilizada pelos professores de Educação Infantil é a avaliação por meio de parecer descritivo individual, levando em consideração o portfólio e os registros realizados pelo diário ou sistema online na qual, ambas consideram as habilidades e competências que foram ou não desenvolvidas bimestralmente resultando assim no relatório individual da criança, considerando tudo o que foi realizado, observado e registrado para que possa favorecer o desenvolvimento da criança naquele ano letivo e auxilie o professor do ano subsequente a continuar com o seu trabalho.

É notável que os profissionais da Educação Infantil assumem um grande desafio no que diz respeito à avaliação nessa etapa escolar, pois mediante a este, é possível obter claramente o real desenvolvimento das crianças, ao mesmo tempo em que esse processo é bastante complexo, afinal o cuidado em como avaliar, registrar e concretizar o parecer individual no sentido de conter informações fiéis a tudo que foi alcançado e o que ainda precisa ser consolidado nos anos seguintes de certa exige do professor a responsabilidade na sua atuação.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO

De maneira geral, tratar da educação do campo, é remeter a todo um processo histórico que foi vivenciado pelas pessoas que ali habitavam, isto é, nas comunidades rurais, bem como, na luta pela garantia de direitos por educação, buscando semear o valor da educação e pela permanência desse ato educativo ao longo dos tempos. O campo sempre esteve e sempre estará em movimento e transformações, nas quais, as populações estão a cada dia melhorando e mudando as percepções da própria sociedade em relação à cultura e educação dos seus sujeitos respectivamente.

A Educação do Campo surgiu como necessidade da população e a oferta dela fez com que determinadas críticas surgissem no que diz respeito às formas de organização e funcionamento dessas escolas, uma vez que, por serem instituições com demandas menores quanto ao número de matrículas em relação às escolas urbanas, viu-se a necessidade de multisseriar as turmas e organizar o trabalho dos professores de forma que os mesmos atendessem mais de uma série em uma mesma turma. Segundo Gonçalves, Antunes-Rocha e Ribeiro (2010, p.49) as escolas multisseriadas “[...] constituem-se no espaço onde a maioria das pessoas que vivem/viveram nas áreas rurais brasileiras iniciaram suas experiências escolares. Para alguns foi a única”. Assim, é perceptível como a organização dessas escolas se davam mediante as necessidades das realidades locais predominantemente de escolas que surgiram de maneira tardia e descontínua.

No §3º do Art. 8 das DCNEI (BRASIL, 2009) estão inseridas e explicitadas as propostas pedagógicas de crianças, filhas de agricultores familiares, extrativistas, pescadores, dentre outros grupos e ressalta:

- 1 *reconhecer os modos próprios de vida no campo como fundamentais para a constituição da identidade das crianças moradoras em territórios rurais;*
- 2 *ter vinculação inerente à realidade dessas populações, suas culturas, tradições e identidades, assim como a práticas ambientalmente sustentáveis;*
- 3 *flexibilizar, se necessário, calendário, rotinas e atividades respeitando as diferenças quanto à atividade econômica dessas populações;*
- 4 *valorizar e evidenciar os saberes e o papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo e sobre o ambiente natural;*
- 5 *prever a oferta de brinquedos e equipamentos que respeitem as características ambientais e socioculturais da comunidade.*

Sendo assim, essas orientações estão alinhadas às Diretrizes Operacionais e Complementares da Educação do Campo, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação nos anos de 2002 e 2008. Os documentos corroboram e consideram a luta dos movimentos sociais e sindicais no reconhecimento dos direitos à educação vinculadas aos modos de vida das pessoas do campo.

A INCLUSÃO ESCOLAR VIVENCIADA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

É relevante considerar que houve aumento do número de crianças diagnosticadas com algum tipo de transtorno do neurodesenvolvimento, os quais, parte são específicos de aprendizagem ou deficiência nas instituições da Educação Infantil. Esse crescimento foi motivado pela força do movimento da Inclusão que desde a Declaração de Salamanca (1994) elucidou o direito à educação para todos sem fazer distinção.

A educação brasileira é regida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) que estabelece no art. 58:

[...] entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

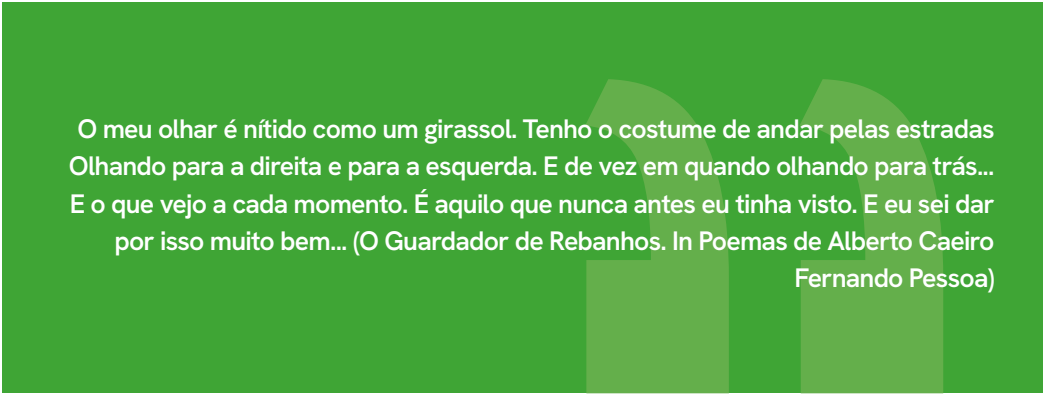
A partir desse cenário, a educação começou a ganhar forças e alinhar as formas de organização e funcionamento das instituições brasileiras no que diz respeito às práticas voltadas a educação especial nas redes de ensino regular, contudo, só a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação

Inclusiva (2008) que considerou todo o percurso histórico da educação especial e assim buscou constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade, inclusiva e de igualdade para todos. Desta forma, por meio dessa Política, as instituições de ensino compreenderam de forma mais clara seu papel transformador no processo de aprendizagem dos estudantes, dando visibilidade e sensibilidade na promoção de práticas inclusivas no ensino regular.

Apesar das Leis existentes, no cotidiano escolar ainda existe muitos desafios a serem vencidos, pois para que se possa proporcionar uma educação inclusiva faz-se necessário organizar o ambiente de aprendizagem no sentido de acessibilidade em questão de espaço físico, currículo escolar, recursos, formações aos profissionais e práticas pedagógicas que elucidem a inclusão na garantia de aprendizagem aos estudantes.

Nessa etapa os professores necessitam ter um olhar mais atencioso no que diz respeito à relação da criança com o ambiente social, com a aprendizagem e com socialização nas brincadeiras e vivências promovidas dentro da unidade educacional. E, ao identificar situações que precisam de atenção, estes podem ser encaminhados para serem avaliados por profissionais especializados e, contando com os registros dos professores.

Pensando nesses desafios, as instituições da educação infantil precisam se organizar de modo que a inclusão aconteça e que, as crianças, possam receber todo o apoio necessário, inclusive, na garantia do direito ao diagnóstico para buscar os melhores tratamentos, apoio pedagógico e atendimentos necessários para o seu desenvolvimento pleno. Nesse sentido, a observação do professor é fundamental para que ele possa contribuir nesse processo. Fernando Pessoa em um trecho do seu poema intitulado “O Guardador de Rebanhos” enfatizou:



O meu olhar é nítido como um girassol. Tenho o costume de andar pelas estradas
Olhando para a direita e para a esquerda. E de vez em quando olhando para trás...
E o que vejo a cada momento. É aquilo que nunca antes eu tinha visto. E eu sei dar
por isso muito bem... (O Guardador de Rebanhos. In Poemas de Alberto Caeiro
Fernando Pessoa)

É na perspectiva baseada no olhar nítido o qual Fernando Pessoa elucida, que o professor precisa assumir o seu papel como observador e até mesmo como investigador mediante as crianças em seu processo de aprendizagem e desta forma, promover uma educação de qualidade que respeite a singularidade de cada uma, promovendo uma formação de indivíduos que reflitam sobre aquilo que aprenderam.

Com isso, as práticas pedagógicas abordadas pelos professores é peça-chave para a garantia desses direitos inerentes às crianças. Mediante a necessidade nas escolas do município em consonância com os dados legais que regulamentam a Educação Especial e Inclusiva, a cidade de São José do Sabugi-PB vem desenvolvendo desde o ano de 2017, o Projeto intitulado como Setembro Verde: Visibilidade e Luta pela inclusão social da pessoa com deficiência através da Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo em parcerias com as demais Secretarias, onde se tem o mês todo voltado a questão da inclusão

com objetivo a visibilidade a pessoa com deficiência e assim os professores trabalham esse mês com práticas voltadas à inclusão escolar e social, com momentos de formações aos professores, oficinas, rodas de conversas e atividades lúdicas aos estudantes com vistas a inclusão de todos, os profissionais são orientados também a desenvolver práticas inclusivas durante o ano com a finalidade de promover e garantir a aprendizagem dos estudantes em fase de escolarização.

A RELEVÂNCIA DA INTERAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA

A família é o primeira referência quando se fala na perspectiva da educação na vida das crianças, pois é a família que recebe as mesmas após o seu nascimento e a partir de então, começa o seu processo de desenvolvimento biológico na qual a vivência e os primeiros ensinamentos farão toda a diferença no sentido de princípios e valores na sua prática no cotidiano. Desta forma, quando o pequeno chega a instituição escolar, essa relação já construída e todo o aprendizado contribuirá para que a vivência e relação da mesma com os demais no espaço de aprendizagem possa subsidiar todo o processo de construção a partir deste novo cenário, que é a sua participação no contexto escolar.

Mediante a isto, a escola em conjunto com a família precisa traçar caminhos de modo que juntos consigam manter uma relação de confiança, responsabilidade, compromisso e parceria, visando assim, é claro, o desenvolvimento das crianças. Assim, para Lenoir (1998, p.74) “Noção de família designa, implicitamente, um todo coerente, estruturado em uma palavra, unido”. Os pais, que são os responsáveis, assumem uma função social na vida dos seus filhos e a sua participação na vida escolar dos mesmos é peça-chave para que se possa alinhar pontos, estratégias, trocar experiências, ideias e traçar metas a fim de ser consolidado em cada final de ano letivo.

Surge nesse cenário, os desafios que as escolas enfrentam dia a dia, assim Kramer (2002) afirma que essa parceria entre família e instituição é um dos maiores desafios vivenciados na prática pedagógica no sentido mais amplo. Nesse sentido, as instituições devem considerar as realidades, ou seja, os contextos sociais de cada criança visando atendê-las da melhor forma possível tendo em vista que tudo é influenciado no processo de ensino e aprendizagem e isso passa ser desafiador, o espaço de aprendizagem, organizar e estruturar tudo para atender as demandas.

Outro aspecto é no sentido da parceria familiar com a escola, sobretudo, no que diz respeito a responsabilidade da educação formal dos seus filhos, em que o espaço escolar necessita do apoio da família em casa, auxiliando as crianças, dando atenção, e dialogando com os mesmos para que desde cedo, elas possam compreender que a sua vivência na instituição é de grande relevância para sua formação.

À vista disso, a escola e família passam por toda essa complexidade, entre as convergências e divergências em suas responsabilidades, pelas funções sociais e educativas que cada uma representa, mas que ambas precisam dar as mãos em busca dos melhores caminhos para a educação das crianças que estão envolvidas. É transparente e já foi discutido aqui o papel que cada agente assume no cotidiano e quando isso é feito com responsabilidade e compromisso, mesmo com todos os desafios, esse processo acontece com mais efetividade, pois todos estão conectados na busca por uma aprendizagem significativa.

OS DIREITOS DE APRENDIZAGEM E A BNCC DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica, que compreende o educar e o cuidar como práticas inseparáveis e constitui os pilares que sustentam as ações pedagógicas realizadas nas creches e

pré-escolas. A partir das interações e brincadeiras, eixos estruturantes da educação infantil e das situações cotidianas proporcionadas na sala, as crianças ao se depararem com esse universo de conhecimento e novidade onde vivências e experiências como por exemplo: as expressões de afeto, a mediação das frustrações e regulação das emoções contribuem para que os pequenos comecem a entender esse momento de separação da família que estava habituada em sua rotina familiar e passa a vivenciar novas experiências e construções de vínculos com o professor e colegas da turma. Assim,

fundamento do processo educacional. A entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada. (BNCC, 2018, p.36)

Desta forma, a socialização é compreendida como momento de trocas entre os pares em que todos se relacionam de maneiras diferentes e isso faz com o aprendizado possa ser construído coletivamente a partir das situações vivenciadas nos ambientes educacionais. Sendo o professor mediador de práticas educativas faz-se necessário uma organização da sua prática baseada na intencionalidade pedagógica nas quais possam oferecer momentos de socialização estruturadas e pensadas de acordo com as necessidades das crianças a fim de buscar a compreensão de que a aprendizagem acontece na ação-reflexão-ação dentro de um contexto em que as crianças possam pôr em jogo tudo o que sabe e pensa e por meio das trocas de experiências, aprender significativamente.

OS DIREITOS DE APRENDIZAGEM

Objetivando garantir os direitos de aprendizagem das crianças, a BNCC em sua proposta buscou relacionar as competências gerais da Educação Básica com os eixos estruturantes na finalidade de desenvolver os seus direitos de aprendizagem e assim oferecer condições suficientes para que as crianças possam se expressar e assim exercer o seu papel ativo na construção do seu próprio saber.

A Proposta Curricular do Estado da Paraíba elucida em seu documento os direitos de aprendizagem em consonância com a Base Nacional a fim de mediar as propostas educativas das Instituições do estado da Paraíba e por meio delas garantir os direitos de aprendizagem das crianças. A seguir serão apresentadas as reflexões feitas pelo documento do Estado da Paraíba sobre cada direito de aprendizagem e como eles estão ligados às práticas dos professores.

- A** **Conviver** - O direito de conviver aponta para a criação de vínculos, que devem ser pensados à luz da democracia e das diversas relações pelas quais as crianças também vão se constituindo como sujeitos: relações com os pares, com adultos, com toda a comunidade escolar e mais ampla.

É importante frisar que a convivência é um processo que coloca em jogo as experiências e saberes que as crianças trazem consigo. Seus pertencimentos, suas origens, suas diversas linguagens, seus jeitos próprios de estabelecer laços, de brincar, considerando como cada criança é, suas experiências anteriores, mas também as oportunidades para que ela amplie seu repertório, na direção de conviver respeitando as diferenças, a natureza, as diversas culturas e as diferenças entre as pessoas.

Ainda em relação à convivência, é necessário também frisar que o acolhimento da criança e da sua família é fundamental. A convivência diz respeito às famílias também, que precisam estar próximas às propostas que os/as professores/as e instituição, de um modo geral, pensam para as crianças, dialogando com elas e colocando seus olhares e sugestões.

B **Brincar** - O brincar é um dos direitos que também devem ser pensados na relação com a democracia. É também brincando que a criança estabelece relações com os outros e com o mundo, podendo, por meio delas, vivenciar situações que exigem respeito, reconhecimento ao pensamento do outro, dentre outras possibilidades. Não há um único modo de brincar ou uma brincadeira melhor. As brincadeiras que fazem parte do acervo cultural de um determinado grupo devem ser consideradas e reconhecidas. As brincadeiras fazem parte de um patrimônio cultural, por um lado, mas também nascem das interações entre as crianças e entre elas e os adultos, nas condições e materialidades próprias ao tempo que lhes constituem, podendo ser invenções ou criações que instigam a imaginação, ampliam as culturas infantis, traduzem emoções e propiciam vivências sensoriais, corporais, cognitivas, sociais, subjetivas.

O brincar é uma experiência humana desde a antiguidade, uma vez que há evidências de que o homem sempre brincou. Porém, durante muito tempo, essa atividade foi – e, de certa forma, ainda é – considerada sem importância. Para muitos adultos – famílias e mesmo professores/as e instituições educacionais – o brincar e a brincadeira ainda são considerados algo secundário.

Estudos de diversos autores comprovam que as crianças aprendem melhor por meio das brincadeiras. Não se trata apenas de aprendizagem no sentido cognitivo do termo, mas aprendizagem de relações, de respeito, da cultura do outro, dentre outras. Sendo assim, o brincar deve ser reconhecido e vivenciado nas práticas das instituições de Educação Infantil, sem restrições à faixa etária das crianças.

Mas, como os/as professores/as da Educação Infantil, veem o brincar? Como um direito? É importante pensar sobre o lugar do brincar, da brincadeira e do brinquedo nas práticas desenvolvidas com as crianças. E elas podem ser muitas e diversificadas, como a vivência com as palavras, as cantigas, os contos, os corpos, os jogos, com materiais diversos, elementos da natureza, com situações diversificadas. Enfim, o repertório é infinito de possibilidades desde que o olhar sobre o brincar considere a potencialidade dessa prática na própria constituição da identidade da criança. É importante, nessa direção, professor/a pense em situações que contemplem a brincadeira relacionada à inclusão de crianças que têm pertencimentos culturais específicos e/ou deficiências, considerando-as nas práticas realizadas na instituição de Educação Infantil.

- C Participar** - A participação da criança na gestão da instituição educacional e das atividades cotidianas nela realizadas possibilita a esse sujeito desenvolver autonomia e tornar-se parte interessada nos destinos da instituição a qual pertence. Isso requer participação ativa em todas as ações desenvolvidas na instituição, fazendo com que a criança, desde o bebê, não só defina destinos na instituição, mas se responsabilize por eles. Escolher as brincadeiras que deseja participar, os materiais e espaços onde quer brincar ou realizar alguma ação favorece a implicação da criança com a instituição e um maior conhecimento sobre ela e sobre si mesmo.

As eleições para escolha da direção das instituições podem ser um excelente momento para a criança exercer o direito de participar, mas também escolher coletivamente onde uma faixa deve ser exposta, que lanche pode escolher para comemorar alguma data especial, dentre outras possibilidades, contribuem para que a criança exerça esse direito e conheça mais sobre o funcionamento da instituição na qual está inserida.

A escolha das brincadeiras, o manuseio dos materiais utilizados, a escolha dos ambientes, tudo isso deve ser compartilhado com as crianças de modo que as mesmas possam opinar e participar da tomada de decisões.

Dessa forma, participando de experiências diversas, a criança aprende a lidar com conflitos, a compreender direitos e limitações e pode avançar positivamente em seus processos de aprendizagem e desenvolvimento como cidadã que é e deve ser tomada no espaço institucional.

- D Explorar** - A instituição de Educação Infantil, considerando a sua oferta em creche e pré-escola, deve estar atenta à relação da criança com o mundo pela via da exploração. Se a criança participa ativamente da vida de sua instituição, ela estará disponível para descobrir, conhecer e criar pela ótica da exploração. Assim, corpo, movimentos, gestos, sons, espaços diversos, situações, mudanças nos tempos e na organização da rotina, novidades, histórias contadas oral e livremente ou lidas a partir de um texto, objetos variados quanto ao tamanho, a cor, forma, espessura, enfim, constituem possibilidades infinitas de situações que podem e devem ser exploradas pelas crianças, com vistas a lhes favorecer o acesso ao mundo, conhecendo-o, mas também a interação entre as suas descobertas e o outro. Com esse direito garantido, a criança potencializa a ampliação dos seus saberes, sua linguagem e seus conhecimentos.

Uma ação que pode fornecer caminhos para a exploração diz respeito ao próprio corpo da criança, que pode ser vivenciado pela criança por meio de músicas, de experiências com argila, com cores, na direção de que ela se auto conheça e perceba a si mesma e ao outro como sujeitos em interação.

Outra ação é explorar o ambiente onde a criança está inserida, tanto em sua casa como na instituição de Educação Infantil. Nesse sentido, é importante saber sobre o pertencimento cultural da criança. Ela reside no campo ou na cidade? Mora perto de rios, cachoeiras, do mar? Vive em apartamento ou casa? Tem contato com a natureza? O que as crianças podem aprender com a natureza? O que aprendem neste contato direto e sensível? O que pode ser realizado junto aos bebês, às crianças bem pequenas e pequenas para aproximar, por exemplo, a criança da natureza?

A relação com a natureza tem muito a contribuir na construção de saberes pela criança. Seu contato com ela aproxima e constrói uma relação, na qual ela pode perceber possibilidades de convivência sensível, na direção de que a compreenda não como estranha, mas como um espaço do qual a criança faz parte, construindo e ampliando sua consciência pessoal, planetária e ecológica.

Podemos perceber apenas por esse exemplo que exercer o direito de explorar contribui de forma significativa na construção e no desenvolvimento das crianças na sua relação com os outros e com o mundo.

- E Expressar** - A criança tem direito de expressar e expressar-se na instituição de Educação Infantil e em todos os demais espaços nos quais se situa. E ela o faz por meio de diferentes linguagens que devem ser compreendidas como legítimas à sua comunicação: o choro, o silêncio, o gesto, a palavra, o grito, o sono, a agressividade, a alegria, a emoção, enfim, todas as formas de sentir e viver sua existência devem ser acolhidas como modos de expressão.

Nesse sentido, as diversas linguagens devem ser concebidas como meios de expressão da criança no espaço da instituição de Educação Infantil e ela deve ter direito a expor o que sente, o que pensa, o que cria/imagina, o que entende e não entende, o que gosta e não gosta. Enfim, ela tem direito de comunicar aos outros, por meio de suas expressões, sentimentos, pensamentos, ideias, sensações. Cabe aos/as professores/as acolher e possibilitar espaços para que as crianças possam expressar e expressar-se de diversos modos, manifestando a sua compreensão da importância da expressão dos seus sentimentos e descobertas como forma de dizer o que sente, esclarecer suas dúvidas sem medo, levantar hipóteses, confirmar ou não essas hipóteses, sem que sofram repressões.

- F Conhecer-se** - A criança tem direito a conhecer-se e conhecer, potencializando a construção de uma imagem positiva de si e do seu grupo cultural e social. A garantia deste direito contribui para a construção de sua identidade pessoal e coletiva, mas também, das diversas identidades das outras crianças e dos adultos com os quais ela se relaciona.

É na construção desse direito que a criança começa a perceber aspectos que a distingue das outras pessoas, cabendo ao/à professor/a e à instituição valorizar seus pertencimentos, suas características étnicas, culturais e pessoais.

No dia a dia, as crianças vão se percebendo e percebendo os outros como diferentes. Essa percepção deve ser pensada e elaborada à luz do respeito, da democracia e da valorização das diferenças, favorecendo a construção de um conjunto de valores, crenças e conhecimentos diversificados, em que a prioridade seja valorizar e respeitar o outro como ele é.

OS CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS COMO PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

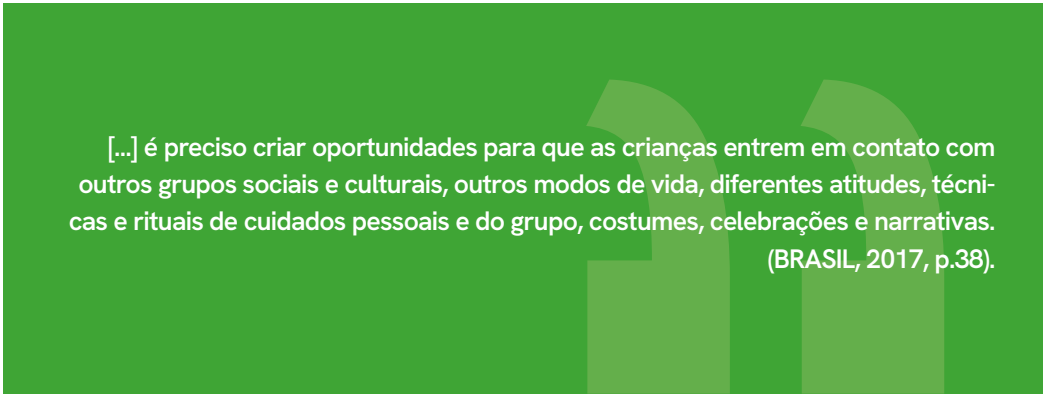
Os campos de experiências proposto pela BNCC foram pensados de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil em consonância com os direitos de aprendizagem, os quais, as interações e brincadeiras são considerados eixos estruturantes das práticas pedagógicas. A ideia em desenvolver os campos de experiências foi justamente pensar em proporcionar vivências significativas que desse a possibilidade às crianças produzirem conhecimento para desenvolverem suas habilidades, construir afetos, noções, atitudes e valores visando também na construção da sua identidade a partir da mediação do professor.

Essa produção do conhecimento está intrinsecamente relacionado com o que as crianças vivenciam, exploram, manipulam, narram histórias, descobrindo e conhecendo novas oportunidades de utilizar aquilo que aprendeu em seu contexto escolar e social.

Desta maneira, o trabalho que o professor desenvolve em sala de aula influencia diretamente o desenvolvimento da criança e este, será utilizado em toda sua vida, pois a Educação Infantil é a base para que seja aprimorado no decorrer de sua jornada estudantil. Assim, as práticas pedagógicas desenvolvidas em sala devem considerar os interesses dos pequenos e sobretudo, as suas necessidades, e isto recai sobre o que ela precisa experimentar e desenvolver para que seja garantido o crescimento em sua aprendizagem.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009) enfatiza que as instituições devem garantir plenamente a sua função sociopolítica e pedagógica. Isto é, oferecer condições para que as crianças possam exercer o seu papel social e que possibilitem a convivência com outras crianças, adultos em diferentes contextos.

Nesse cenário, a BNCC elucida que na Educação Infantil:



[...] é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas. (BRASIL, 2017, p.38).

As experiências oportunizadas certamente irão contribuir para a construção da identidade, valorização da sua realidade, promover o respeito na interação com seus pares, e desde já, estimulando a compreensão para uma melhor convivência partindo da percepção da sua vivência e da vivência dos outros.

Levando em consideração a tudo que foi discutido até aqui, sobretudo, o professor da Educação Infantil precisa ter em mente e assim buscar levar para a sala de aula com intencionalidade pedagógica situações educativas que as crianças consigam se organizar no espaço, tempo, ter a sua disposição materiais que despertem a sua curiosidade, provoque a sua imaginação, propiciando descobertas, invenções, e troca de experiências.

Mediante a isto, o profissional que atua nessa área, assume um grande desafio em organizar todo o planejamento de modo que seja garantido essas experiências educativas e por meio da BNCC que ilustra os cinco Campos de Experiências, esse profissional terá embasamento e orientações sobre como selecionar, organizar e desenvolver em sala de aula tudo o que precisa para ofertar às crianças fazendo uma relação também com os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que será discutido mais na frente neste documento.

Enfim, cada campo de experiência enfatizado pela BNCC, apresenta como possibilidade a prática pedagógica do professor e neste arcabouço, está em articulação como a Proposta Curricular do Estado da Paraíba na qual será apresentado posteriormente no tópico “Explorando os Campos de Experiência”.

CRIANÇA COMO CENTRO DO PLANEJAMENTO: UM OLHAR PARA O PROTAGONISMO DOS PEQUENOS NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

- A O EU, O OUTRO E O NÓS** - Sabemos que ao conviver e interagir com as pessoas em grupos sociais como a família, os vizinhos, e escola, as crianças têm a oportunidade de observar e vivenciar como elas vivem, quais são seus valores, sua cultura e suas linguagens. E na relação com essa diversidade de sujeitos, em diferentes espaços e em contato com as diferentes manifestações culturais, as crianças formulam concepções sobre si e sobre os outros, construindo sua identidade individual e coletiva.

Sendo assim, a instituição de Educação Infantil deve oportunizar experiências em que a criança amplie o conhecimento sobre si e sobre o outro, desenvolva sua autonomia, aprenda a respeitar e valorizar as singularidades e diversidade do contexto em que estão inseridas.

As situações de aprendizagens devem oportunizar vivências que possibilitem e revelem as características de cada criança, promovam a interação entre elas e com os adultos, favoreçam a exploração de objetos e dos ambientes, permitindo a participação ativa das crianças nas ações que envolvam a si e aos outros.

- B TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS** - Desde seu nascimento, a criança está imersa em diversos espaços de sua cultura, em que sons, cores, formas e movimentos apresentam situações ricas em significados. Sendo assim, é fundamental que conheçam, explorem e se apropriem dos elementos que constituem as diversas linguagens - artes visuais, música, dança, o teatro - as quais lhe possibilita vivenciar o mundo, a si mesmas e aos outros de diferentes maneiras.

É papel da Educação Infantil oportunizar às crianças experiências com as mais diversas manifestações artísticas, culturais e científicas e que as mesmas convivam e se expressem por várias linguagens: desenhando, pintando, esculpindo, apreciando trabalhos de outras crianças e de artistas consagrados, em meio a um ambiente rico de significados e materiais que aguace a curiosidade e suas produções.

Nesse contexto de experiências diversas, as crianças ampliam seus repertórios e sua capacidade criadora, dando espaço para que possam manifestar seus sentimentos, sensações, sem esperar por respostas padronizadas, permitindo-lhes liberdade em suas produções no uso de variados suportes e materiais, valorizando a cultura local e global.

Vale salientar que nossas experiências pessoais com a arte influenciarão na forma como apresentamos esse campo às crianças e, sobretudo, como a vivenciamos.

Portanto, nós, enquanto professores/as da Educação Infantil, precisamos ampliar nossa relação com a arte, apropriando-nos de conceitos éticos, estéticos e críticos e vivenciando a arte em suas várias linguagens.

- C ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO** - Sabemos que as crianças aprendem a se comunicar na experiência com parceiros, através de diálogos, imitação, gestos, o que lhes favorece a construção de sentidos.

Na etapa que corresponde à Educação Infantil, as crianças estão em pleno desenvolvimento da oralidade, bem como do uso de diversas formas de comunicação, sendo as instituições de Educação Infantil também ambientes sociais onde aprendem a falar, a se expressar, a exprimir-se por meio de diferentes linguagens.

Portanto, precisam ser oportunizadas significativas situações que lhes permitam a escuta, a fala, a comunicação de um modo geral, que envolvam o pensamento e a imaginação, a partir de experiências que considerem seus olhares, gestos, choros, suas conversas, narrativas construídas individualmente ou em grupo, ampliando assim seu vocabulário e favorecendo a apropriação da sua língua materna.

Nós, professores/as, devemos mediar o desenvolvimento da comunicação da criança, na organização da rotina e na elaboração do planejamento favorecendo situações que lhe possibilitem o interesse pelas imagens, pelas cantigas, brincadeiras de roda, jogos cantados e outros textos do universo popular e clássico.

Ao lermos para elas, oportunizando que construam hipóteses sobre a narrativa, fazendo antecipações e/ ou suposições sobre o que vai acontecer, imaginando ou descrevendo cenas, realizem contagem, nomeiem objetos e relatem ações do cotidiano, estamos atuando neste campo.

As crianças devem vivenciar desde cedo situações em que podem usar a linguagem de forma criativa, para expressar ideias e emoções e interagir com os demais.

A experiência contínua da escuta de histórias permitirá que as crianças desenvolvam comportamento leitor, que envolve desde o prazer com o som da narrativa até a construção de uma concepção sobre a língua escrita.

Nesse processo, a imersão se dá a partir do próprio universo da criança, daquilo que ela já traz como vivência em seu grupo familiar e cultural e se amplia com a curiosidade e a vivência de situações que as levem a refletir, formulando hipóteses sobre a escrita, dialogando com crianças e com adultos, participando de situações de leitura e escrita, aprendendo a ler o mundo das imagens, das letras, dos números, das palavras e dos textos. Essas experiências devem ser organizadas de forma que as crianças observem situações reais de escrita e seu uso social, como também sejam oportunizadas a escrita como expressão espontânea.

Assim, a leitura e a escrita não devem ser exploradas mecanicamente. A leitura deve ser uma fonte de prazer, de desenvolvimento da imaginação e de aprendizagem e as práticas de oralidade e escrita devem ocorrer de forma contextualizada e significativa, em um ambiente que favoreça o convívio com o universo da imaginação, da expressão oral e escrita de ideias e sentimentos e do próprio movimento de escuta dos outros com quais a criança convive.

- D ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES** - A Educação Infantil deve ser um espaço propício à vivência de situações que favoreçam a curiosidade, criatividade e criticidade da criança em relação ao mundo que a cerca e com o qual ela interage permanentemente. A relação com o espaço e o tempo se dá desde o seu nascimento, mas em seu processo de desenvolvimento e aprendizagem ela vai aprimorando e se situando, cada vez mais, em relação a eles. A vivência de situações que permitam à criança ter contato com pessoas – crianças e adultos – com a natureza e consigo mesma contribuem para o seu desenvolvimento. É se relacionando com o mundo, seus desafios e suas relações que a criança se depara com situações que contribuem para que ela investigue, questione, comunique-se, manipule objetos, estabeleça relações, explore o seu entorno.

Desde muito pequenas, as crianças vivenciam situações que envolvem conceitos matemáticos em seu convívio familiar e social. Seu cotidiano é permeado de desafios – situar-se no tempo e espaço, qual o número da casa, do telefone, data do dia. Elas convivem com situações em que precisam estabelecer comparações de tamanho, identificar quantidades ao contar objetos diversos e relacionar capacidades dentre outros saberes, mexe na terra, demonstra curiosidade sobre seu próprio corpo, sobre os fenômenos naturais, gosta do cheiro da flor, do sabor do fruto, de cuidar do animal, relaciona-se com seus pares, amigos e outros; aprendendo sobre si e sobre o outro e apropriando-se de sua cultura nas relações estabelecidas;

São experiências nas quais as crianças atribuem sentido a partir do que experimentam, sentem e pensam, passando a utilizá-los nas situações concretas que vão surgindo.

- E CORPO, GESTOS E MOVIMENTO** - Toda experiência da criança acontece por meio do corpo, que ganha centralidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento. É por meio do seu corpo que a criança conhece o mundo, experimenta sensações, expressa sentimentos e emoções, faz escolhas, toma decisões e aproxima-se de sua cultura. Ao manipular objetos de diferentes formas, cores, volumes, pesos e texturas, ela passa a conhecer e identificar suas sensações, suas funções, potencialidades e limites.

A exploração do ambiente e do espaço por meio do movimento da criança pode ser vivenciada nas áreas internas e externas da instituição, considerando a potência de experiências que envolvem o lúdico. Elas devem ser ricas e desafiadoras e possibilitar a ampliação e o aprimoramento do movimento e do conhecimento acerca de si e do outro. Vivências relacionadas a jogos, circuitos, danças, brincadeiras com o movimento e deslocamento do corpo, dentre outras, são atraentes para a criança.

Compete à instituição de Educação Infantil promover situações significativas de aprendizagem, explorando a música, o teatro, as brincadeiras, a dança, o faz de conta para que a criança produza conhecimento sobre o universo cultural e social ampliando o repertório a partir de vivências com movimentos.

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO

Sabendo da importância da Educação Infantil para o aprendizado das crianças em pleno desenvolvimento, a BNCC estruturou essa etapa da educação básica através da articulação entre os direitos de aprendizagem, os campos de experiências e os objetivos de aprendizagem como algo indissociável ao trabalho do professor com a finalidade de oportunizar vivências significativas que auxiliem o processo de desenvolvimento dos pequenos no cotidiano escolar.

Pensando nessa organização curricular, as interações devem possibilitar à criança alcançar experiências necessárias e que são inerentes para a construção do significado de si, do outro, do mundo social e natural. Desta forma, para que isso aconteça de fato, os objetivos de aprendizagem devem ser selecionados e estruturados no planejamento do professor de maneira sistemática e intencional, em que serão considerados a finalidade que se deseja atingir, buscando sempre manter as interações e brincadeiras como eixos estruturantes desse processo.

Levando em consideração que toda a criança se desenvolve de maneira integral, as experiências planejadas pelo professor precisam contemplar diversificadas vivências necessárias ao processo de aprendizagem, atribuindo assim a sua relação com o mundo, com as pessoas e consigo mesmo, ou seja, que oportunize o desenvolvimento de potencialidades cognitivas, emocionais, sociais e psicomotoras.

Diante desse cenário na qual tudo está articulado de forma intencional, o professor, portanto, ao elaborar o seu planejamento tem como sugestão os objetivos de aprendizagem que são norteadores para as vivências em sala de aula, de modo que, atendam as necessidades das crianças levando em conta também a faixa etária com a qual as crianças estão inseridas (bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas) sempre em constante relação com os campos de experiências e os direitos de aprendizagem.

É importante e necessário um currículo bem estruturado e organizado para que se possa alcançar com efetividade a consolidação da aprendizagem das crianças. Por isso, a seguir, são apresentados os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento e estes, seguem um conjunto proposto pela BNCC no que diz respeito a Educação Infantil e também propostas de vivências que potencializam a construção das aprendizagens essenciais a cada faixa etária e essas vivências aqui inseridas são reflexões, muitas estão iguais as da Proposta Curricular do Estado da Paraíba.

Os objetivos foram estruturados da seguinte forma:

- 1 **Bebês (crianças de 0 a 1 ano e 6 meses);**
- 2 **Crianças Bem Pequenas (crianças de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses);**
- 3 **Crianças Pequenas (crianças de 4 anos a 5 anos e 11 meses).**

BEBÊS (CRIANÇAS DE 0 A 1 ANO E 6 MESES)

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO
(EI01EO01) Perceber que suas ações têm efeitos nas outras crianças e nos adultos.
(EI01EO02) Perceber as possibilidades e os limites de seu corpo nas brincadeiras e interações das quais participa.
(EI01EO03) Interagir com crianças da mesma faixa etária e adulta ao explorar espaços, materiais, objetos e brinquedos.
(EI01EO04) Comunicar necessidades, desejos e emoções, utilizando gestos, balbucios, palavras.
(EI01EO05) Reconhecer seu corpo e expressar suas sensações em momentos de alimentação, higiene, brincadeira e descanso.
(EI01EO06) Interagir com outras crianças da mesma faixa etária e com adultos, a adaptando-se ao convívio social. (BNCC, 2017).

SUGESTÕES DE VIVÊNCIAS QUE FAVORECEM A CONSTRUÇÃO DE EXPERIÊNCIAS PELOS BEBÊS NESTE CAMPO

As práticas realizadas na Instituição de Educação Infantil devem possibilitar:

- 1 *Espaços e momentos de interação nos quais os bebês possam expressar seus desejos, necessidades e sentimentos (alegrias, medos, dentre outros);*
- 2 *Condições e situações para que os bebês se expressem por gestos, balbucios ou palavras para indicar objetos e ações que deseja realizar;*
- 3 *Confiança aos bebês para que possam comunicar aos adultos, por meio de diferentes linguagens, quando estão com sede, fome, dor, frio, dentre outras sensações;*
- 4 *Realização progressiva de ações relacionadas à própria higiene, contando com ajuda de um adulto;*
- 5 *Situações em que possa exercitar papéis como o de cuidar dos seus companheiros e de também ser cuidado por eles;*
- 6 *Participação democrática na elaboração de acordos básicos de convívio social;*
- 7 *Valorização das suas escolhas por brinquedos, brincadeiras e uso de espaços;*
- 8 *Valorização da diversidade das culturas por meio de brinquedos, imagens e narrativas que promovam a construção de uma relação positiva com as diversas culturas dos seus pares;*

- 9 *Fortalecimento do vínculo familiar através do acolhimento de todas as formas de organização familiar no espaço da Instituição.*
- 10 *Proporcionar aos pais, na acolhida e nas relações estabelecidas ao longo da relação com eles, um momento de interação com os professores e crianças que oportunize a estes compreender as necessidades das crianças neste campo de experiência.*
- 11 *Executar vivências e interações que possam envolver de forma totalmente inclusiva os diversos suportes de crianças com alguma deficiência.*

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

(EI01CG01) Movimentar as partes do corpo para exprimir corporalmente emoções, necessidades e desejos.

(EI01CG02) Experimentar as possibilidades corporais nas brincadeiras e interações em ambientes acolhedores e desafiantes.

(EI01CG03) Imitar gestos e movimentos de outras crianças, adultos e animais. Participar do cuidado do seu corpo e da promoção do seu bem-estar.

(EI01CG05) Utilizar os movimentos de preensão, encaixe e lançamento, ampliando suas possibilidades de manuseio de diferentes materiais e objetos. (BNCC, 2017)

SUGESTÕES DE VIVÊNCIAS QUE FAVORECEM A CONSTRUÇÃO DE EXPERIÊNCIAS PELOS BEBÊS NESTE CAMPO

As práticas realizadas na Instituição de Educação Infantil devem possibilitar:

- 1 *Exploração dos espaços por meio de movimentos como engatinhar, arrastar-se, andar, descer, subir, transpor obstáculos, bem como outros;*
- 2 *Expressão por meio de gestos, movimentos corporais, balbucios e da fala para se comunicar com seus pares e adultos;*
- 3 *Socialização de momentos de brincadeiras com outras crianças e adultos;*
- 4 *Exploração, conhecimento e reconhecimento de diferentes partes do corpo;*
- 5 *Imitação de gestos de outras pessoas e reprodução de diferentes ruídos e sons;*
- 6 *Acompanhamento do ritmo das músicas com movimentos corporais;*
- 7 *Imitação de animais, personagens e estados de ânimo;*
- 8 *Manipulação de objetos de diferentes formas; pesos, texturas, tamanhos, que produzam sons etc., usando movimentos como pegar, largar, levar à boca, chutar, empilhar, lançar em várias direções e de diferentes modos;*

- 9 *Realização de atividades expressivas que busquem a criação de movimentos coordenados;*
- 10 *Momentos de interações com outros grupos, com diferentes possibilidades de movimento em ambientes diversos;*
- 11 *Uso de espelhos para se reconhecer e aos seus colegas, visualizar seus gestos e movimentos;*
- 12 *Valorização de diversas expressões culturais próprias ao universo dos bebês, especialmente aquelas que inspiram movimentos do seu corpo.*

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

(EI01TS01) Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente.

(EI01TS02) Traçar marcas gráficas, em diferentes suportes, usando instrumentos riscantes e tintas.

(EI01TS03) Explorar diferentes fontes sonoras e materiais para acompanhar brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias. (BNCC, 2017)

SUGESTÕES DE VIVÊNCIAS QUE FAVORECEM A CONSTRUÇÃO DE EXPERIÊNCIAS PELOS BEBÊS NESTE CAMPO

As práticas realizadas na Instituição de Educação Infantil devem possibilitar:

- 1 *Imitação de gestos, sons e movimentos, explorando o espaço com base em estímulos musicais;*
- 2 *Reconhecimento de sons familiares;*
- 3 *Exploração das possibilidades sonoras do corpo (seu e de outros), dos instrumentos e dos objetos cotidianos;*
- 4 *Produção de narrativas criando intervenções utilizando a própria voz, o corpo, diversos objetos e instrumentos musicais;*
- 5 *Vivências de atividades com tintas (caseiras e industrializadas), melecas, argila, barro, areia, elementos da natureza diversos, canetas coloridas, giz de cera, carvão e demais materiais que proporcionem marcas artísticas e expressem a individualidade da criança;*
- 6 *Utilização de diferentes suportes e diferentes recursos para produção das marcas artísticas: papéis, caixas, telas, paredes, tecidos, jornais, rolos de pintura, pincéis, diferentes partes do corpo, esponjas, elementos da natureza e demais recursos que possam favorecer a produção artística;*

- 7 *Exploração, incentivo e valorização de diferentes atitudes e posturas na realização das produções artísticas, fugindo de posturas padronizadas na realização das referidas produções;*
- 8 *Apreciação das próprias produções, de outras crianças, de familiares, de artistas locais e de abrangência nacional e internacional, bem como de diversos períodos e estilos de arte;*
- 9 *Apreciação de canções e músicas representativas de diferentes manifestações culturais, acompanhando o ritmo com movimentos corporais;*
- 10 *Participação nas atividades em grupo que envolvam músicas, histórias e danças;*
- 11 *Utilização dos instrumentos musicais convencionais a partir do livre manuseio e de formas diversificadas, de maneira que possam descobrir as diversas possibilidades de produção sonora, convencional e não convencional, por meio de oficinas, fazendo uso de materiais diversos;*
- 12 *Criação e construção de instrumentos musicais não convencionais a partir de materiais diversos, como elementos naturais e objetos que possam ser reutilizados.*
- 13 *Exploração e percepção de dos sabores tátil, olfativo e visual por meio de diversas experiências.*
- 14 *Manipulação de materiais, de formas e cores variadas para ampliar as suas descobertas.*

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: “ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO” OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

(EI01EF01) Reconhecer quando é chamado por seu nome e reconhecer os nomes de pessoas com quem convive.

(EI01EF02) Demonstrar interesse ao ouvir a leitura de poemas e a apresentação de músicas.

(EI01EF03) Demonstrar interesse ao ouvir histórias lidas ou contadas, observando ilustrações e os movimentos de leitura do adulto-leitor (modo de segurar o portador e de virar as páginas).

(EI01EF04) Reconhecer elementos das ilustrações de histórias, apontando-os, a pedido do adulto-leitor.

(EI01EF05) Imitar as variações de entonação e gestos realizados pelos adultos, ao ler histórias e ao cantar.

(EI01EF06) Comunicar-se com outras pessoas usando movimentos, gestos, balbúcias, fala e outras formas de expressão.

(EI01EF07) Conhecer e manipular materiais impressos e audiovisuais em diferentes portadores (livro, revista, gibi, jornal, cartaz, CD, tablet etc.).

(EI01EF08) Participar de situações de escuta de textos em diferentes gêneros textuais (poemas, fábulas, contos, receitas, quadrinhos, anúncios etc.).

(EI01EF09) Conhecer e manipular diferentes instrumentos e suportes de escrita. (BNCC, 2017).

SUGESTÕES DE VIVÊNCIAS QUE FAVORECEM A CONSTRUÇÃO DE EXPERIÊNCIAS PELOS BEBÊS NESTE CAMPO

As práticas realizadas na Instituição de Educação Infantil devem possibilitar:

- 1 Reconhecimento de si quando chamado pelo nome;
- 2 Reconhecimento do significado de palavras usadas em seu cotidiano; Uso de palavras e pequenas frases para se expressar em diversas situações do cotidiano (com ou sem o auxílio de um adulto);
- 3 Vivências com palavras, canções, parlendas, poesias, rimas, trava-línguas, histórias, que ampliam a comunicação;
- 4 Apreciação de imagens, fotos, figuras, obras de arte, cenários, dentre outros;
- 5 Acompanhamento da contação de histórias feita pelo adulto, que deve utilizar diferentes recursos (fantoques, fantasias, fotos, gravuras, objetos etc.);
- 6 Participação na contação de histórias, que ser realizada por meio de diferentes recursos visuais (fotografias, imagens, Datashow) e sonoros;
- 7 Escuta de histórias como oportunidade para reconhecer elementos da narrativa nas ilustrações;
- 8 Acompanhamento de parlendas e outros textos da tradição oral, como quadrinhas e adivinhas;
- 9 Manuseio dos diversos portadores de texto, como gibis, livros, catálogos, revistas e de livros de qualidade;
- 10 Vivências de situações de relato de histórias infantis através das ilustrações das obras, oportunizando aos bebês a interação com as obras;
- 11 Contato com situações de letramento através das letras de músicas, do reconhecimento do seu nome, de livros e de outros gêneros e suportes;
- 12 Participação em diferentes vivências envolvendo leitura e contação de histórias nos diferentes espaços da instituição;
- 13 Ampliação do repertório de brincadeiras de roda, acalantos, parlendas e trava-línguas;
- 14 Utilização da linguagem teatral nas várias situações do cotidiano da instituição, seja na contação de histórias, nas brincadeiras, na expressão plástica, na linguagem musical e no movimento, em diferentes espaços.

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: “ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES” OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

(EI01ET01) Explorar e descobrir as propriedades de objetos e materiais (odor, cor, sabor, temperatura).

(EI01ET02) Explorar relações de causa e efeito (transbordar, tingir, misturar, mover e remover etc.) na interação com o mundo físico.

(EI01ET03) Explorar o ambiente pela ação e observação, manipulando, experimentando e fazendo descobertas.

(EI01ET04) Manipular, experimentar, arrumar e explorar o espaço por meio de experiências de deslocamentos de si e dos objetos.

(EI01ET05) Manipular materiais diversos e variados para comparar as diferenças e semelhanças entre eles.

(EI01ET06) Vivenciar diferentes ritmos, velocidades e fluxos nas interações e brincadeiras (em danças, balanços, escorregadores etc.) BNCC, 2017

SUGESTÕES DE VIVÊNCIAS QUE FAVORECEM A CONSTRUÇÃO DE EXPERIÊNCIAS PELOS BEBÊS NESTE CAMPO

As práticas realizadas na Instituição de Educação Infantil devem possibilitar:

- 1 *Experimentação de diferentes alimentos, manuseio de variados objetos e sensação de aromas que estimulem a visão, a audição, a gustação e o olfato;*
- 2 *Interação diária, com barro, argila, areia, promovendo sintonia consigo próprio e relação com elementos naturais.*
- 3 *Tentativas e observações do que ocorre quando joga objetos e os ver cair;*
- 4 *Manipulação de misturas com consistências diferentes (dura ou mole), temperaturas variadas (quente ou fria), pesos diversos (leve ou pesado);*
- 5 *Brincadeiras e manuseio de massa de modelar e tintas;*
- 6 *Observação de fenômenos e elementos da natureza presentes no cotidiano da instituição, percebendo e/ou identificando algumas de suas características;*
- 7 *Exploração do entorno natural e ter cuidado com animais e plantas;*
- 8 *Observação e acompanhamento do elemento terra como gerador de vida animal, vegetal e mineral;*
- 9 *Vivências e experiências com os diversos estados físicos da água (líquido, sólido e gasoso);*
- 10 *Exploração do espaço, realizando deslocamento de objetos e de si mesmo;*

- 11 *Vivências dos e nos espaços da instituição de forma que pratiquem os cuidados com o ambiente, respeitando as formas de vida presentes (jardins, árvores, vasos, hortas, insetos);*
- 12 *Acesso e manuseio de instrumentos tecnológicos na captura e registro de áudios e/ou imagens da natureza e suas manifestações;*
- 13 *Participação em atividades de exploração e manipulação (agrupar objetos, oferecê-los, recolhê-los, colocar um dentro do outro etc.);*
- 14 *Experiências com diversos objetos;*
- 15 *Momentos em que possam ouvir canções e seus ritmos e participar de jogos e brincadeiras que envolvam contagem;*
- 16 *Exploração de materiais e objetos, observando suas transformações;*
- 17 *Vivências de momentos desafiadores como escaladas, rolamentos, que possam ocorrer de forma prazerosa nas brincadeiras e interações;*
- 18 *Incentivar a introdução alimentar e utilizar o BLW incentivando alimentação saudável;*
- 19 *Musicalização com objetos não convencionais utilizando sucatas e utensílios de culinária;*
- 20 *Trabalhar o tato, conhecendo as texturas dos animais a partir das diferentes peles.*

CRIANÇAS BEM PEQUENAS (CRIANÇAS DE 1 ANO E 7 MESES A 3 ANOS E 11 MESES)

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO
(EI02EO01) Demonstrar atitudes de cuidado e solidariedade na interação com crianças e adultos.
(EI02EO02) Demonstrar imagem positiva de si e confiança em sua capacidade para enfrentar dificuldades e desafios.
(EI02EO03) Compartilhar os objetos e os espaços com crianças da mesma faixa etária e adultos.
(EI02EO04) Comunicar-se com os colegas e os adultos, buscando compreendê-los e fazendo-se compreender.
(EI02EO05) Perceber que as pessoas têm características físicas diferentes, respeitando essas diferenças.
EI02EO06) Respeitar regras básicas de convívio social nas interações e brincadeiras.
(EI02EO07) Resolver conflitos nas interações e brincadeiras, com a orientação de um adulto. (BNCC, 2017)

SUGESTÕES DE VIVÊNCIAS QUE FAVORECEM A CONSTRUÇÃO DE EXPERIÊNCIAS PELAS CRIANÇAS BEM PEQUENAS NESTE CAMPO

As práticas realizadas na Instituição de Educação Infantil devem possibilitar:

- 1 *Interações que envolvam diálogo, brincadeiras, músicas, movimento, expressões corporais e artísticas;*
- 2 *Situações desafiadoras que promovam a resolução de problemas e a percepção de uma imagem positiva de si, valorizando a autonomia e autoestima para a superação de limites, considerando seu desenvolvimento e suas potencialidades;*
- 3 *Situações de valorização e respeito às diferentes características físicas dos seus pares e dos adultos com os quais convive na instituição;*
- 4 *Interações que oportunizem a percepção de si e do outro, gerando diálogos no sentido da resolução de conflitos;*
- 5 *Observação e valorização das diferentes características que compõem a identidade física, sociocultural, étnica, dentre outras características, de si e daqueles com os quais convive na instituição;*
- 6 *Compartilhamento de objetos e espaços com crianças da sua faixa etária, bem como de outras faixas etárias e adultos;*
- 7 *Vivência de situações de mediação de conflito com apoio dos adultos envolvidos em seu processo educativo.*
- 8 *Fazer uso das tecnologias da comunicação e da informação como ferramenta nas interações com outras crianças e com adultos, bem como, nas práticas das quais participa no ambiente escolar.*

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS: “CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS” OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

(EI02CG01)Apropriar-se de gestos e movimentos de sua cultura no cuidado de si e nos jogos e brincadeiras.

(EI02CG02)Deslocar seu corpo no espaço, orientando-se por noções como em frente, atrás, no alto, embaixo, dentro, fora etc., ao se envolver em brincadeiras e atividades de diferentes naturezas.

(EI02CG03)Explorar formas de deslocamento no espaço (pular, saltar, dançar), combinando movimentos e seguindo orientações.

(EI02CG04)Demonstrar progressiva independência no cuidado do seu corpo.

(EI02CG05)Desenvolver progressivamente as habilidades, artísticas e manuais, adquirindo controle para desenhar, pintar, rasgar, folhear, entre outros; (BNCC, 2017).

SUGESTÕES DE VIVÊNCIAS QUE FAVORECEM A CONSTRUÇÃO DE EXPERIÊNCIAS PELAS CRIANÇAS BEM PEQUENAS NESTE CAMPO

As práticas realizadas na Instituição de Educação Infantil devem possibilitar:

- 1 *Movimentos diversos com seu corpo relacionados à práticas de sua cultura;*
- 2 *Exploração de movimentos corporais individuais e coletivos, com e sem objetos e em diferentes espaços;*
- 3 *Participação em diferentes atividades que envolvam desafios e potencializam a superação dos seus limites*
- 4 *Apropriação das linguagens da dança, do teatro, das artes em geral, experimentando ritmos e movimentos;*
- 5 *Momentos de autocuidado e exploração do próprio corpo no cotidiano;*
- 6 *Manipulação e construção de materiais diversos que favoreçam vivências com o corpo;*
- 7 *Vivências de brincadeiras e uso de brinquedos estruturados e não estruturados que se relacionem ao corpo, aos gestos e movimentos das crianças pequenas;*
- 8 *Exploração das linguagens Cênicas (Teatro, dança, música e circo);*
- 9 *Participação em brincadeiras de faz de conta que façam uso do movimento, dos gestos e do corpo, de um modo geral.*

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS: “TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS” OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

(EI02TS01) Criar sons com materiais, objetos e instrumentos musicais, para acompanhar diversos ritmos de música.

(EI02TS02) Utilizar materiais variados com possibilidades de manipulação (argila, massa de modelar), explorando e grafando cores, texturas, superfícies, planos, formas e volumes ao criar objetos tridimensionais.

(EI02TS03) Utilizar diferentes fontes sonoras disponíveis no ambiente em brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias. (BNCC, 2017).

SUGESTÕES DE VIVÊNCIAS QUE FAVORECEM A CONSTRUÇÃO DE EXPERIÊNCIAS PELAS CRIANÇAS BEM PEQUENAS NESTE CAMPO

As práticas realizadas na Instituição de Educação Infantil devem possibilitar:

- 1 *Produção e exploração de diferentes fontes sonora;*
- 2 *Apropriação das cantigas de roda valorizando a cultura popular;*
- 3 *Apreciação dos sons, cores, formas, volume e textura dos elementos da natureza;*
- 4 *Criação de sons com uso de objetos e materiais diversos do cotidiano;*
- 5 *Exploração de recursos diversos para a produção de artes visuais;*
- 6 *Participação em brincadeiras em que possam diferenciar e identificar formas, cores, sons e texturas;*
- 7 *Exploração e observação de diferentes espaços que oportunizem o reconhecimento dos diversos traços, sons, cores e formas;*
- 8 *Expressão livre do desenho, utilizando diversas possibilidades de materiais e cores*

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS: “TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS” OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

(EI02EF01) Dialogar com crianças e adultos, expressando seus desejos, necessidades, sentimentos e opiniões.

(EI02EF02) Identificar e criar diferentes sons e reconhecer rimas e aliterações em cantigas de roda e textos poéticos.

(EI02EF03) Demonstrar interesse e atenção ao ouvir a leitura de histórias e outros textos, diferenciando escrita de ilustrações, e acompanhando, com orientação do adulto-leitor, a direção da leitura (de cima para baixo, da esquerda para a direita).

(EI02EF04) Formular e responder perguntas sobre fatos da história narrada, identificando cenários, personagens e principais acontecimentos.

(EI02EF05) Relatar experiências e fatos acontecidos, histórias ouvidas, filmes ou peças teatrais assistidos etc.

(EI02EF06) Criar e contar histórias oralmente, com base em imagens ou temas sugeridos.

(EI02EF07) Manusear diferentes portadores textuais, demonstrando reconhecer seus usos sociais.

(EI02EF08) Manipular textos e participar de situações de escuta para ampliar seu contato com diferentes gêneros textuais (parlendas, histórias de aventura, tirinhas, cartazes de sala, cardápios, notícias etc.)

(EI02EF09) Manusear diferentes instrumentos e suportes de escrita para desenhar, traçar letras e outros sinais gráficos. (BNCC, 2017).

SUGESTÕES DE VIVÊNCIAS QUE FAVORECEM A CONSTRUÇÃO DE EXPERIÊNCIAS PELAS CRIANÇAS BEM PEQUENAS NESTE CAMPO

As práticas realizadas na Instituição de Educação Infantil devem possibilitar:

- 1 *Condições para que as crianças possam expressar sentimentos, desejos e necessidades usando a linguagem oral;*
- 2 *Contato com diferentes gêneros textuais;*
- 3 *Momentos de encantamento pela escuta da leitura de histórias e outros gêneros textuais;*
- 4 *Participação em situações que envolvam a convivência e a manipulação de diferentes suportes textuais;*
- 5 *Momentos de criação e recontos de histórias da literatura universal, local e da vida cotidiana, com ênfase nos múltiplos elementos que compõem uma narrativa;*
- 6 *Participação em variadas possibilidades de criação e expressão oral, mobilizadas por materiais diversos, imagens, objetos, fotografias, filmes, cenas cotidianas, dentre outros recursos;*
- 7 *Intervenções nas contações de histórias, de forma lúdica, utilizando múltiplas linguagens;*
- 8 *Liberdade de se expressar, transmitindo suas emoções, sentimentos, pensamentos, desejos, necessidades, por meio de diferentes linguagens;*
- 9 *Desenvolvimento da imaginação, atenção e percepção em suas variadas dimensões;*
- 10 *Situações que favoreçam a reflexão, percepção visual e a oralidade, de forma dinâmica e criativa;*
- 11 *Condições para escolha e manuseio de diferentes materiais gráficos e suportes para brincar e exercitar, de forma lúdica, traços, desenhos e outros sinais gráficos;*
- 12 *Socialização dos desenhos, sinais gráficos e traços, partilhando o seu sentido e vendo valorizadas suas produções e experiências.*

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS: “TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS” OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

(EI02ET01) Explorar e descrever semelhanças e diferenças entre as características e propriedades dos objetos (textura, massa, tamanho).

(EI02ET02) Observar, relatar e descrever incidentes do cotidiano e fenômenos naturais (luz solar, vento, chuva etc.).

(EI02ET03) Compartilhar, com outras crianças, situações de cuidado de plantas e animais nos espaços da instituição e fora dela.
(EI02ET04) Identificar relações espaciais (dentro e fora, em cima, embaixo, acima, abaixo, entre e do lado) e temporais (antes, durante e depois).
(EI02ET05) Classificar objetos, considerando determinado atributo (tamanho, peso, cor, forma etc.)
(EI02ET06) Utilizar conceitos básicos de tempo (agora, antes, durante, depois, ontem, hoje, amanhã, lento, rápido, depressa, devagar).
(EI02ET07) Contar oralmente objetos, pessoas, livros etc., em contextos diversos.
(EI02ET08) Registrar com números a quantidade de crianças (meninas e meninos, presentes e ausentes) e a quantidade de objetos da mesma natureza (bonecas, bolas, livros etc.). (BNCC, 2017).

SUGESTÕES DE VIVÊNCIAS QUE FAVORECEM A CONSTRUÇÃO DE EXPERIÊNCIAS PELAS CRIANÇAS BEM PEQUENAS NESTE CAMPO

As práticas realizadas na Instituição de Educação Infantil devem possibilitar:

- 1 *Ampliação da percepção dos objetos e espaços cotidianos, estabelecendo relações no que diz respeito à cor, ao tamanho, à textura, ao volume, peso e à forma;*
- 2 *Contato com os fenômenos da natureza através da observação, registro e relatos orais;*
- 3 *Vivências relacionadas aos elementos da natureza, observando suas formas, cores, densidades e cheiros;*
- 4 *Exploração do meio ambiente, percebendo-se como ser integrante, dependente, transformador e, acima de tudo, responsável pela sua conservação;*
- 5 *Momentos de sensibilização acerca do cultivo de plantas, hortaliças e árvores nas unidades e em seu entorno possibilitando o convívio cotidiano com essas iniciativas ecológicas;*
- 6 *Observação, descrição e registros das sequências temporais (antes, agora, depois);*
- 7 *Participação em atividades lúdicas explorando noções espaciais e temporais;*
- 8 *Situações que explorem a diferenciação e apropriação dos conceitos básicos de tempo;*
- 9 *Exploração de atividades que envolvam o reconhecimento de números e cores através de jogos e brincadeiras.*
- 10 *Observação do ambiente para percepção das transformações ocorridas nos elementos da natureza;*
- 11 *Manipulação de objetos para que construam conceitos matemáticos de maneira prática.*

CRIANÇAS PEQUENAS (CRIANÇAS DE 4 ANOS A 5 ANOS E 11 MESES)

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: “O EU, O OUTRO E O NÓS” OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

(EI03EO01) Demonstrar empatia pelos outros, percebendo que as pessoas têm diferentes sentimentos, necessidades e maneiras de pensar e agir.

(EI03EO02) Agir de maneira independente, com confiança em suas capacidades, reconhecendo suas conquistas e limitações

(EI03EO03) Ampliar as relações interpessoais, desenvolvendo atitudes de participação e cooperação.

(EI03EO04) Comunicar suas ideias e sentimentos a pessoas e grupos diversos.

(EI03EO05) Demonstrar valorização das características do seu corpo e respeitar as características dos outros (crianças e adultos com os quais convive).

(EI03EO06) Manifestar interesse e respeito por diferentes culturas e modos de vida.

(EI03EO07) Usar estratégias pautadas no respeito mútuo para lidar com conflitos nas interações com crianças e adultos. (BNCC, 2017).

SUGESTÕES DE VIVÊNCIAS QUE FAVORECEM A CONSTRUÇÃO DE EXPERIÊNCIAS PELAS CRIANÇAS PEQUENAS NESTE CAMPO

As práticas realizadas na Instituição de Educação Infantil devem possibilitar:

- 1 *Exploração do espaço da instituição de educação infantil, conhecendo e reconhecendo as pessoas que fazem parte dela, bem como suas funções;*
- 2 *Vivências de situações nas quais possam construir e demonstrar atitudes de cuidado e solidariedade com outras crianças e adultos;*
- 3 *Percepção de que suas ações têm efeitos positivos e/ou negativos nas outras crianças e nos adultos; e no mundo sendo necessário o respeito uns com os outros;*
- 4 *Vivências de situações que contribuam para a construção do sentido de organização de seus objetos pessoais e dos objetos coletivos;*
- 5 *Construção de sentido de valorização de produções individuais e coletivas;*

- 6 *Comunicação de sentimentos e ideias às outras crianças e aos adultos e, também, escuta dos sentimentos e ideias destes, no sentido da compreensão e da autocompreensão;*
- 7 *Participação na construção de acordos coletivos, em que possam expressar suas ideias e ouvir as dos colegas e adultos, respeitando a decisão tomada de*
- 8 *forma democrática;*
- 9 *Participação em jogos e brincadeiras, nas interações com crianças e adultos, expressando discordâncias e, com a mediação de um adulto, superando ou minimizando conflitos;*
- 10 *Vivências de situações diversas de relação com crianças e adultos, ampliando seu repertório de socialização (rodas de conversa, brincadeiras, festas, projetos, passeios, dentre outros);*
- 11 *Vivências de situações, mediadas pelo adulto (quando necessário), nas quais precisem compartilhar objetos, materiais, brinquedos;*
- 12 *Convivência com adultos, crianças da mesma faixa etária e de outras idades, com características diversas, experimentando situações que possibilitem valorização do outro, da sua cultura e individualidade;*
- 13 *Participação em situações nas quais as resoluções de problemas se deem por meio do diálogo;*
- 14 *Oportunidades para a criança expor sua opinião sobre determinado assunto e saber respeitar as opiniões dos outros;*
- 15 *Conhecimento das crianças das dependências da instituição, considerando os espaços físicos bem como também o mobiliário que a instituição possui;*
Construção de regras coletivas de convivência.

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: “CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS” OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

(EI03CG01) Criar com o corpo formas diversificadas de expressão de sentimentos, sensações e emoções, tanto nas situações do cotidiano quanto em brincadeiras, dança, teatro e música.

(EI03CG02) Demonstrar controle e adequação do uso do seu corpo em brincadeiras e jogos, escuta e reconto de histórias, atividades artísticas, entre outras possibilidades.

(EI03CG03) Criar movimentos, gestos, olhares e mímicas em brincadeiras, jogos e atividades artísticas, como dança, teatro e música.

(EI03CG04) Adotar hábitos de autocuidado relacionados à higiene, alimentação, conforto e aparência.

(EI03CG05) Coordenar suas habilidades manuais no atendimento adequado a seus interesses e necessidades em situações diversas. (BNCC, 2017).

SUGESTÕES DE VIVÊNCIAS QUE FAVORECEM A CONSTRUÇÃO DE EXPERIÊNCIAS PELAS CRIANÇAS PEQUENAS NESTE CAMPO

As práticas realizadas na Instituição de Educação Infantil devem possibilitar:

- 1 *Exploração de situações diversas que favoreçam experiências de expressão corporal por meio de diferentes linguagens (dança, teatro, música) e de brincadeiras do universo cultural da criança e de outras culturas;*
- 2 *Situações em que possa vivenciar jogos, brincadeiras, atividades literárias, bem como outras, que impliquem o uso do seu corpo e um autocontrole dele;*
- 3 *Espaços de criação por meio de diferentes linguagens artísticas e que incluam o corpo e o movimento;*
- 4 *Vivências de cuidado com o corpo, sua higiene, conforto e bem-estar, construindo uma imagem de si a partir de sua própria estética, em termos de aparência;*
- 5 *Manipulem, criem e confeccionem brinquedos da cultura local e geral;*
- 6 *Possam vivenciar práticas relacionadas à autonomia, como cuidar do seu próprio corpo.*

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: “TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS” OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

(EI03TS01) Utilizar sons produzidos por materiais, objetos e instrumentos musicais durante brincadeiras de faz de conta, encenações, criações musicais e festas.

(EI03TS02) Expressar-se livremente por meio do desenho, pintura, colagem, dobradura, escultura, criando produções bidimensionais e tridimensionais.

(EI03TS03) Reconhecer as qualidades do som (intensidade, duração, altura e timbre), utilizando-as em suas produções sonoras e ao ouvir músicas e sons. (BNCC, 2017).

SUGESTÕES DE VIVÊNCIAS QUE FAVORECEM A CONSTRUÇÃO DE EXPERIÊNCIAS PELAS CRIANÇAS PEQUENAS NESTE CAMPO

As práticas realizadas na Instituição de Educação Infantil devem possibilitar:

- 1 *Vivências de situações nas quais utilizem materiais, objetos e instrumentos, no sentido de experimentar sons e ritmos, repetindo-os e recriando-os através de instrumentos existentes e/ou construídos;*
- 2 *Vivências em que tenham contato com várias possibilidades de uso do som, reconhecendo mudanças quanto à intensidade, altura, tempo de duração, dentre outros aspectos;*
- 3 *Participação em atividades artísticas da escola, festas e outras manifestações, nas quais instrumentos e sons estejam presentes.*

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: “ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO” OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

(EI03EF01) Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências, por meio da linguagem oral e escrita (escrita espontânea), de fotos, desenhos e outras formas de expressão.

(EI03EF02) Inventar brincadeiras cantadas, poemas e canções, criando rimas, alterações e ritmos.

(EI03EF03) Escolher e folhear livros, procurando orientar-se por temas e ilustrações e tentando identificar palavras conhecidas.

(EI03EF04) Recontar histórias ouvidas e planejar coletivamente roteiros de vídeos e de encenações, definindo os contextos, os personagens e a estrutura da história.

(EI03EF05) Recontar histórias ouvidas para produção de reconto escrito, tendo o professor como escriba.

(EI03EF06) Produzir suas próprias histórias orais e escritas (escrita espontânea), em situações com função social significativa.

(EI03EF07) Levantar hipóteses sobre gêneros textuais veiculados em portadores conhecidos, recorrendo a estratégias de observação gráfica e/ou leitura.

(EI03EF08) Selecionar livros e textos de gêneros conhecidos para a leitura de um adulto e/ou para sua própria leitura (partindo de seu repertório sobre esses textos, como a recuperação pela memória, pela leitura das ilustrações etc.).

(EI03EF09) Levantar hipóteses em relação à linguagem escrita, realizando registros de palavras e textos, por meio de escrita espontânea. (BNCC, 2017)

SUGESTÕES DE VIVÊNCIAS QUE FAVORECEM A CONSTRUÇÃO DE EXPERIÊNCIAS PELAS CRIANÇAS PEQUENAS NESTE CAMPO

As práticas realizadas na Instituição de Educação Infantil devem possibilitar:

- 1 **Convivência com crianças da mesma faixa etária, de outras faixas etárias e com adultos, ampliando seu repertório de comunicação e possibilitando que elas expressem desejos, necessidades, sentimentos e opiniões;**
- 2 **Vivências com diversos gêneros textuais, tais quais: jornais, literatura infantil, revista em quadrinhos, receitas, e-mails, poesias, rimas, canções etc., favorecendo o conhecimento e o reconhecimento destes gêneros;**

- 3 *Exploração de gestos, expressões corporais, sons, rimas, por meio de parlendas, poesias, canções, livros de histórias e outros gêneros textuais, ampliando gradativamente sua compreensão da linguagem oral e escrita;*
- 4 *Participação em rodas de conversas, relatos de experiências, contação e reconto de histórias, elaborando narrativas, imaginando e se expressando de diversas formas (oral, dança, música, desenho, teatro)*
- 5 *Acesso a diferentes portadores de texto, apropriando-se da sua diversidade e dos seus usos sociais;*
- 6 *Acesso a diferentes portadores de textos apropriando-se da sua diversidade e de seus usos sociais, a saber, receitas, rótulos, poemas, cantigas etc. criando situações de vivências práticas*
- 7 *Experiências de letramento com escrita espontânea.*
- 8 *Vivências de situações que promovam escuta e respeito as opiniões de todos;*
- 9 *Experiências de registro com letras em situações de brincadeiras, jogos e interações;*
- 10 *Vivências de situações que possibilitem a expressão da escrita de forma individual e coletiva;*
- 11 *Vivências de situações de escrita espontânea a partir de situações significativas de produção;*

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: “ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES” OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

(EI03ET01) Estabelecer relações de comparação entre objetos, observando suas propriedades.

(EI03ET02) Observar e descrever mudanças em diferentes materiais, resultantes de ações sobre eles, em experimentos envolvendo fenômenos naturais e artificiais.

(EI03ET03) Identificar e selecionar fontes de informações, para responder a questões sobre a natureza, seus fenômenos, sua conservação.

(EI03ET04) Registrar observações, manipulações e medidas, usando múltiplas linguagens (desenho, registro por números ou escrita espontânea), em diferentes suportes.

(EI03ET05) Classificar objetos e figuras de acordo com suas semelhanças e diferenças.

(EI03ET06) Relatar fatos importantes sobre seu nascimento e desenvolvimento, a história dos seus familiares e da sua comunidade.

(EI03ET07) Relacionar números às suas respectivas quantidades e identificar o antes, o depois e o entre em uma sequência.

(EI03ET08) Expressar medidas (peso, altura etc.), construindo gráficos básicos.

SUGESTÕES DE VIVÊNCIAS QUE FAVORECEM A CONSTRUÇÃO DE EXPERIÊNCIAS PELAS CRIANÇAS PEQUENAS NESTE CAMPO

As práticas realizadas na Instituição de Educação Infantil devem possibilitar:

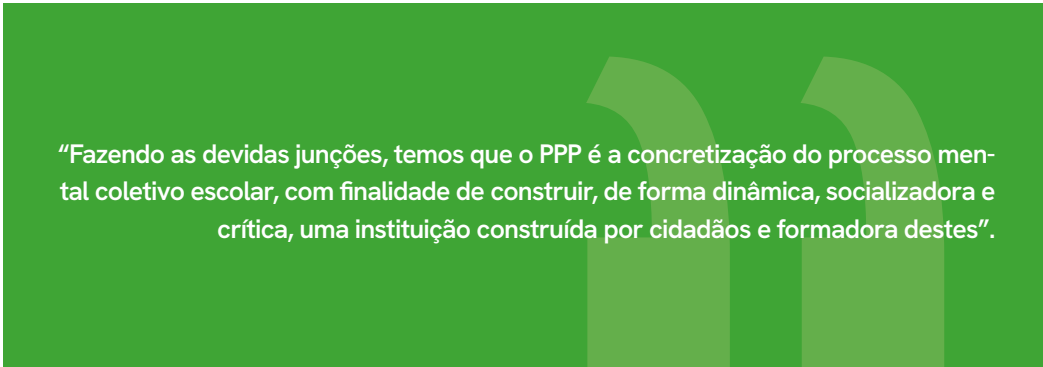
- 1 *Exploração das características de diversos objetos, tais como tamanho, forma, cor, textura, peso, densidade, organizando e agrupamento segundo atributos diversos, tais como semelhanças e diferenças;*
- 2 *Observação, comunicação e registro de suas observações, hipóteses e explicações sobre objetos e situações observados no espaço da instituição de educação infantil e na natureza;*
- 3 *Vivências de situações que favoreçam a construção de noções espaciais e temporais;*
- 4 *Participação em situações nas quais possa organizar e classificar objetos a partir de determinadas características;*
- 5 *Experiências com números e com o registro deles em situações de brincadeiras, jogos e interações;*
- 6 *Registros, por meio de desenhos e gráficos, construídos espontaneamente, de pesos e medidas de objetos.*

O TRABALHO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, ESPAÇOS EDUCACIONAIS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Para que as vivências na Educação Infantil aconteça de fato, se faz necessário organizar as instituições pertinente a oferta desta etapa, de modo a garantir desde a um Projeto Político Pedagógico, perpassando os espaços escolares, na formação do professor e na maneira como as escolas se organizam para que sejam oferecidas condições necessárias e suficientes ao trabalho escolar. Nesse sentido, é relevante refletir sobre algumas questões que estão atreladas ao cotidiano na qual muitas vezes é necessário se reestruturar a fim de se adequar às necessidades advindas de cada unidade de ensino infantil.

O Projeto Político Pedagógico é documento essencial e intrínseco ao trabalho escolar, pois através dele as escolas podem e devem se organizar observando claramente as necessidades do contexto local, bem como, após a sua construção, ser colocado em prática com a finalidade de alcançar objetivos pensados e dessa forma ter resultados significativos. Esse documento deve ser construído levando em

consideração o olhar crítico visando as necessidades atuais e futuras a fim de solucionar as lacunas existentes nos espaços escolares tendo como foco o que se quer fazer e alcançar sendo articulado coletivamente apontando o que será pretendido, assim como, métodos e organização. Nesse sentido, Maia (2011, p.19) aponta:



“Fazendo as devidas junções, temos que o PPP é a concretização do processo mental coletivo escolar, com finalidade de construir, de forma dinâmica, socializadora e crítica, uma instituição construída por cidadãos e formadora destes”.

Por isso, o PPP é importante na realidade escolar visando a autonomia desta, pois toda a comunidade deve ser envolvida buscando assim a identidade das instituições.

Os espaços institucionais precisam ser organizados pensando em proporcionar as experiências enriquecedoras, bem como, considerando as práticas educativas estruturadas no trabalho dos docentes, afinal, quando o espaço é planejado de maneira intencional, esse espaço contribuirá positivamente no desenvolvimento da aprendizagem das crianças, ou seja, pode-se considerar esse espaço como educador e que auxilia tanto a prática do professor, como nas vivências das crianças.

Formação de professores e educação de qualidade são duas práticas indissociáveis no contexto educacional, uma vez que, essa formação continuada vivenciada pelos professores dará possibilidade no aprimoramento da sua prática e refletindo assim, na educação de qualidade levando em conta, é claro, todos os agentes responsáveis pela educação da criança os quais precisam fazer a sua parte a fim de auxiliar no desempenho dessas crianças.

Para Freire (2013) o exercício da ação educativa é o seu caráter educador. Considerando que a sociedade está em constante transformação, o professor necessita acompanhar essas mudanças para que possa se manter atualizado e desta forma refletir sobre a sua prática buscando construir novos conhecimentos com o propósito de aplicá-los no seu cotidiano.

Por isso, faz-se necessário articular todas essas ações e práticas pedagógicas com a finalidade de alcançar um espaço escolar que auxilie o desenvolvimento das crianças considerando suas necessidades, o contexto familiar e cultural buscando cada vez mais proporcionar uma melhor vivência para os mesmos.

O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

A transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental é um processo que requer muito cuidado e atenção, pois é um momento de muita novidade e ao mesmo tempo desafiador onde (professores, colegas, espaço escolar) farão parte de tudo isso. Por isso, diante deste cenário, as crianças costumam ter medo, ansiedade, alegria, negação e apreensão apesar de sua capacidade de aprender, os pequeninos ainda não desenvolveram totalmente a habilidade de lidar com suas emoções e não conseguem se adaptar com a mesma facilidade com o adulto.

Esse período requer muita atenção, uma vez que precisa do suporte tanto dos pais como da escola nesse acolhimento e mudanças para que o seu desempenho seja interessante e não massacrante em sua aprendizagem e desta forma não gerar impactos negativos com relação a sua percepção a vida escolar. Quando essa transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental é saudável e harmoniosa seguindo as orientações da BNCC (2017), para manter o equilíbrio entre as mudanças introduzidas, faz-se necessário garantir a integração e continuidades dos processos de aprendizagens considerando e respeitando as singularidades das crianças e das diferentes relações entre elas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho foi desenvolvido pelos profissionais da educação infantil do município de São José do Sabugi-PB mediante a necessidade de implantar a BNCC.

As discussões aqui enfatizadas foram resultados das necessidades encontradas em nosso município para a equidade e igualdade de oportunidades a todos os educandos, bem como, nortear as práticas educativas dos educadores com a finalidade da melhoria no processo de ensino e aprendizagem. Tivemos como suporte para a elaboração dos textos além da BNCC a proposta Curricular do Estado da Paraíba entre outros textos que subsidiaram nosso embasamento.

Contudo, é de importante relevância lembrar que esse documento é flexível e o trabalho não se encerra nesse processo, é necessário rever, reavaliar e reorganizar periodicamente de forma a contemplar fatores que precisam ser implementados conforme a necessidade.



REFERÊNCIAS

- BARBOSA, M. C. S. Por amor e por força: rotinas na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BONFIM, Patrícia Vieira. A criança de seis anos no ensino fundamental: uni-dunitê... corporeidade e ludicidade — mais que uma rima, um porquê. 2010. 153 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação Processos Socioeducativos e Práticas Escolares. Departamento de Ciências da Educação. Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2010.
- BRASIL, Senado Federal. Emenda Constitucional N°. 65/2010. Brasília: 2010.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Resolução n° 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 27.06.2023
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica, 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf>. Acesso em 10 jun. de 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB n° 20/2009. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 9 dez. 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil. Brasília, DF, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010. 36 p. : il.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Brasília: MEC / SEF, 1998. v. 1 e 2.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei n° 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Resolução CNE/CEB 1/2002 - Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. MEC: Brasília - DF, 2002.
- BRASIL. Resolução CNE/CEB/2/2008 - Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. MEC: Brasília - DF, 2008.
- BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqual-vol1.pdf>>. Acesso em 07.07.2023
- BRASIL. Senado Federal. Emenda Constitucional N°. 53/2006. Brasília: 2006.
- BUSS-SIMÃO, M.; ROCHA, E. A. C. Nota crítica sobre a composição de pedagogias para a educação infantil. Em Aberto, Brasília, v. 30, n. 100, p. 83-93, set./dez. 2017.
- Conselho Nacional de Educação. Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Resolução CNE/CEB N° 2, de 28 abr. 2008.
- Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Resolução CNE/CEB N° 1, de 3 abr. 2002.
- DEMO, P. Educar pela pesquisa. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.
- DEMO, Pedro. Ser professor é cuidar que o aluno aprenda. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- ESPECIAIS, Educativas. Declaração de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das

Necessidades, 1994.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessário à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

Gonçalves, G. B. B., Antunes-Rocha, M. I., & Ribeiro, V. (2010). Programa Escola Ativa: um pacote educacional ou uma possibilidade para a escola do campo? In Antunes-Rocha, M. I., & Hage, S. M. (Orgs.). Escola de direito: reinventando as classes multisseriadas (pp. 49-60). Belo Horizonte: Autêntica.

KRAMER, Sonia. A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. 5ª ed. São Paulo, SP: Cortez, 1995.

LENOIR, Y. Didática e interdisciplinaridade. In: Fazenda, I.C.A.(org.) Didática e Interdisciplinaridade. 9ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1998.

MAIA, Benjamin Perez. Os desafios e as superações na construção coletiva do projeto político pedagógico/Benjamin Perez Maia. Margarete Terezinha de Andrade Costa._ Curitiba: IBPex, 2011.(série processos Educacionais).

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008a.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia da Paraíba. Proposta Curricular do Estado da Paraíba: educação infantil e ensino fundamental, [S.l.].

PESSOA. F.“O Guardador de Rebanhos”. In:Poemas de Alberto Caeiro. (Nota explicativa e notas de João Gaspar Simões e Luiz de Montalvor).Lisboa: Ática, 1946 (10ª ed. 1993).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SABUGI. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO. Plano Municipal de Educação. Jornal oficial, São José do Sabugi-PB, 19, junho de 2015. Resolução CNE/CP 2/2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de dezembro de 2017, Seção 1, pp. 41 a 44.

SALTINI, Cláudio J.P. Afetividade e Inteligência. 5 ed. Rio de Janeiro: wak Ed, 2008.

SHORES, Elizabeth; GRACE, Cathy. Manual de portfólio: um guia passo a passo para professores. Porto Alegre: Artmed, 2001.

UNESCO (1994) Declaração de Salamanca e o Enquadramento da Acção - Necessidades Educativas Especiais. Adaptado pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, Salamanca.

<https://educacaointegral.org.br/glossario/educacao-em-tempo-integral>

https://educacaointegral.org.br/conceito/?utm_source=Google&utm_medium=Adwords&utm_campaign=AdwordsGrants&gclid=EAlaQobChMI4rWegO_rggMVs1xIAB2XsgH5EAAAYASAAEgKD3_D_BwE
Base Nacional Comum Curricular

<https://www.uninter.com/noticias/profissionais-ressignificam-as-avaliacoes-escolares>.

São José do Sabugi, Lei Municipal nº 566 de 18 de setembro de 2018, estabelece princípios para a implantação da Política de Educação Especial no município.

São José do Sabugi, Lei Municipal nº 585, de 04 de setembro de 2020, instituiu no calendário oficial da cidade, o mês de setembro para dar visibilidade a inclusão social da pessoa com deficiência.

SORDI, Mara Regina Lemes de and LUDKE, Menga. Da avaliação da aprendizagem à avaliação institucional: aprendizagens necessárias. Avaliação (Campinas) [online]. 2009, vol.14, n.02, pp.313-336. ISSN 1414-4077.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96. Conselho Nacional de Educação,1996.

Proposta Curricular do Estado da Paraíba

BRANDALISE, M. Á. T. Avaliação institucional da escola: conceitos, contextos e práticas. ANPAE: São Paulo, 2011.

Ministério da Educação,Parecer CNE/CEB nº7/2010 Resolução CNE/CEB nº 4/2010 LDB

Declaração de Hamburgo sobre Educação de. Adultos. V Conferência Internacional sobre Educação de. Adultos V CONFITEA. Julho 1997.

ZANELLA, A. V. Atividade, significação e constituição do sujeito: considerações à luz da psicologia histórico-cultural. In: Psicologia em Estudo, Maringá, v.9, n.1, 2004, p. 127 e 128.





REALIZAÇÃO



APOIO

